

AS RELAÇÕES ENTRE A COROA E O MOSTEIRO DE S. JORGE DE COIMBRA EM TEMPOS MEDIEVOS

AIRES GOMES FERNANDES *

Quantos são os séculos que passam com a ligeireza das nuvens?

A corrente leva o tempo, o verde transborda da placidez do Mondego, as margens sôfregas estreitam o leito, impelidas pela sede dos campos, ávidos mas alegres, porque para eles se estende a mão do homem e a graça de Deus.

Estas poderiam ser as palavras de um dos muitos monges que desfrutaram prolongada e absortamente de um mesmo privilégio ao longo de vários séculos: o de admirar o Mondego a partir de uma varanda privilegiada para a espiritualidade contemplativa das coisas simples e belas da Natureza – o mosteiro de S. Jorge a *par de Coimbra* ¹.

É justamente esta instituição o nosso objecto de estudo. Naturalmente que não pretendemos fazer uma análise exaustiva da documentação ², nem um estudo

* Doutorando em História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ Esta é apenas uma das formas utilizadas na identificação do mosteiro de S. Jorge do bispado de Coimbra da Ordem de Sant'Agostinho [cf. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) – S. Jorge de Coimbra, M. 8, n. 17]. Além de aparecer designado na documentação por *moesteiro de Sam Jorge da par de Coinbra* (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 8, n. 29), a sua localização surge sob uma múltipla variedade de formas: *moesteyro de San Jorje da prez da ponte de Coynbra* (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 8, n. 1); *Sam Jorge da praz de Coinbra* (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 8, n. 11); *moesteiro de Sam Jhorge termho da cydade de Coymbra* (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 9, n. 14); *moesteiro de Sam Jorge acerca de Coynbra* (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 9, n. 21); *moesteiro de Sam Jorge d'apres do rio de Mondego termo da cidade de Coinbra* (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 11, n. 21); *moesteyro de Sam Jorge de Riba de Mondego d'apres da cidade de Coimbra* (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 12, n. 20); *mosteiro de Sam Jorge da cidade de Coinbra* (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 13, n. 12).

² O suporte deste trabalho é essencialmente constituído pelo credível corpo documental que hoje descansa em alguns Arquivos, sobretudo no IAN/TT, no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) e no Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (AHMC).

aprofundado sobre este mosteiro, embora ainda ninguém tenha levado a cabo esse tão estimulante quão árduo desafio. Este trabalho pretende ser um singelo contributo para a clarificação de alguns aspectos da história de uma das instituições monásticas conimbricenses mais prestigiadas na Idade Média, sobretudo no que concerne às relações com o poder régio. O espaço temporal subjacente à incursão que faremos nesta temática balizar-se-á entre os sécs. XII e o final da primeira metade da centúria de quatrocentos. E se é certo que indagaremos, com maior acuidade, das relações entre o mosteiro e a Coroa ao longo da Idade Média, não deixaremos também de traçar aqui, de forma muito sucinta, alguns dos aspectos mais marcantes da evolução da instituição. Implica isso que procuremos, documentalmente, desde logo a sua certidão de nascimento.

1. O problema da fundação de S. Jorge

A antiguidade de S. Jorge de Coimbra é inegável, remontando a sua fundação, pelo menos aos inícios da nacionalidade. A primeira prova documental escrita que atesta a sua existência é de Abril de 1116. Trata-se de uma carta de venda de propriedades, localizadas “in territorio Colimbrie ultra flumen Mondecum in loco predicto qui vocatur monasterium Sancto Georgio”³. Este documento é o primeiro a referir-se explicitamente ao mosteiro, provando-nos apenas que ele já existia em 1116⁴, o que significa que a sua fundação é, certamente, anterior a esse ano.

Além das fontes manuscritas, de que tivemos conhecimento e a que tivemos acesso, analisámos e utilizámos todos os trabalhos referentes a S. Jorge, diga-se desde já que escassos, embora, alguns deles, contributos valiosíssimos para o conhecimento da história desse cenóbio, sobretudo para os séculos XII e XIII. O trabalho aqui apresentado foi desenvolvido a partir de uma primeira incursão que fizemos sobre esta temática, sob a humaníssima orientação do Doutor José Antunes, em 1999-2000.

³ IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M.1, n. 6.

⁴ Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge - Subsídios para a sua história nos séculos XII e XIII*, Dissertação de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1961, pp. 15-16, alude a este documento, transcrevendo mesmo a parte a que fazemos referência, onde se menciona pela primeira vez o mosteiro de S. Jorge. Também A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro”, in *Itinerarium*, Ano II, nº 10 e 11, 1956, p. 428, transcreve este trecho do documento de Abril de 1116, documento que considera original. Também Carl Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, Berlim, 1927, p. 81, diz que os primeiros materiais conhecidos datam de 1136, embora ele tenha encontrado na Torre do Tombo um documento relativo a S. Jorge de data anterior, justamente o de 1116. De igual modo o Padre Miguel de Oliveira, *As paróquias rurais portuguesas, sua origem e formação*, Lisboa, 1950, p. 188, atribui ao ano de 1116 a fundação do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, com base no documento a que temos aludido. Idêntica opinião tem Jorge de Alarcão, “A origem das aldeias na região de Coimbra”, in *Munda*, n.º 47, Maio de 2004,

Apesar desta ser a fonte documental mais credível que possuímos, a data da fundação do mosteiro não é consensual para os poucos autores que se têm debruçado, de alguma forma, sobre o estudo desta instituição monástica, remetendo-a alguns para os finais do séc. XI⁵ e outros para o primeiro quartel do séc. XII⁶.

Coimbra, Propriedade e edição do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, p. 18, ao reconhecer que o mosteiro de S. Jorge se instalou, *em data incerta, por volta de 1116, na margem esquerda do Mondego*.

⁵ Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Segunda Parte, Officina de Joam da Costa, Lisboa, 1668, Livro VIII, Cap. XIV, p. 152, diz que o fundador do mosteiro foi o conde D. Sesnando, tendo o bispo D. Paterno lançado a primeira pedra do edifício no dia 23 de Abril de 1084, tendo sido terminada a igreja e o mosteiro cerca de quatro anos depois. Por essa altura “... o conde ordenou com o bispo (já D. Martinho) que fossem viver ao novo Mosteiro clerigos de boa, & aprovada vida, & que celebrassem os officios divinos, & pera a fabrica da dita igreja, & sustentação dos clerigos, applicou o dito conde algũas herdades...”. Também o outro cronista agostiniano, Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III (Separata de “O Instituto”, vols. 120º e 121º), Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1960, pp. 78-79, partilha das palavras e relatos de Frei Nicolau de Santa Maria. Dos poucos autores que em trabalhos ou simples referências abordaram as origens do mosteiro de S. Jorge, a maioria baseou-se ou seguiu de perto estes dois cronistas, nomeadamente frei Nicolau de Santa Maria, acentuando assim o carácter lendário e místico em que aparece envolvido o mosteiro nos seus primórdios, ligado à lenda de que o conde D. Sesnando fundou aí o mosteiro em reconhecimento ao mártir S. Jorge que o salvou quando o seu cavalo se preparava para cair com ele num precipício, numa impressionante similitude com um episódio que posteriormente, seria “vivido” por D. Fuas Roupinho na Nazaré, onde foi salvo pela intercessão da Virgem Maria (cf. Manuel de Brito Alão, *Antiguidade da Sagrada Imagem de Nossa Senhora de Nazaré*, Edição de Pedro Pentead, Lisboa, 2001, Edições Colibri-Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, pp. 52-53). Na linha do cronista seguiram Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Portucalense Editora, S.A.R.L, Composto e impresso na Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1967, p. 134; Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno, diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, biographico e etymologico*, vol. II, p. 324; Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal – Diccionario Historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e Artistico*, vol. 2, Lisboa, João Romano Torres – Editor, 1904, p. 1083.

⁶ A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Coimbra*, vol. IV, Lisboa, 1952, p. 50, diz que o mosteiro teve começo no séc. XII. Já Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, pp. 9-10, dá a conhecer o que é dito em Nicolau de Santa Maria, para depois analisar a veracidade desses relatos nas páginas seguintes, concluindo que de facto “a mais antiga referência que se conhece relativa ao mosteiro de S. Jorge data de Abril de 1116” (p. 15). Aliás já num artigo intitulado “O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra”, in *O Instituto*, Jornal Scientifico e Litterario, vol. I, Coimbra, 1853, pp. 99 e 100, o autor (que desconhecemos, embora pelas indicações dadas por Manuel Augusto

Naturalmente que o documento apenas nos permite afirmar que em 1116 já existia o mosteiro de S. Jorge e nada invalida que tenha sido fundado anteriormente ⁷, pelo que, e até ao aparecimento de provas mais concludentes, não nos parece abusivo admitir como válidas as informações dos cronistas agostinianos que fixam o início da construção de S. Jorge em 1084, portanto vinte anos após a conquista de Coimbra por Fernando Magno. Não será também despropositado acreditar que no local onde emergiria o mosteiro tivesse existido anteriormente um eremitério ⁸ ou uma ermida ⁹, à qual se acoplaria o novo edifício, embora não

Rodrigues, “Antigo Mosteiro de S. Jorge transformado em Universidade”, in *Diário de Coimbra*, 17 de Outubro de 1999, p. 16, julgámos ser A. F. Dinis), separa o lendário do historicamente comprovável, mas não emite opinião em relação à data de fundação do mosteiro até porque desconhecia o documento de 1116 ou não o considerava autêntico, como no-lo confirmam as suas palavras: “(...) é certo que não temos conhecimento de facto algum com cunho de verdade, desde a epocha acima indicada (refere-se ao testamento de D. Sesnando, datado de 1087) até o anno de 1136 (Era de 1174),...”

⁷ Talvez se possa mesmo aventar a hipótese de a sua fundação ser anterior ao séc. XI. É que existe um documento, datado de 22 de Julho de 985, que refere o “monasterio Sancti Georgi” (cf. *Livro Preto – Cartulário da Sé de Coimbra*, Edição crítica e texto integral, coordenação editorial de Manuel Augusto Rodrigues e coordenação científica do Cônego Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, doc. 1, p. 3; Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidario das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...*, edição crítica por Mário Fiúza, Livraria Civilização, 1966, vol. II, p. 92). Será este mosteiro o de S. Jorge de Coimbra, ou tratar-se-á de uma outra instituição com a mesma invocação?

⁸ José Mattoso, “A sociedade feudal e senhorial”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. II, p. 186, identifica um eremitério de S. Jorge, que cremos ser aquele que posteriormente se transformará na comunidade de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, no entanto a localização no mapa não corresponde propriamente à situação geográfica real do mosteiro, daí as nossas dúvidas. Apesar desse senão, pensámos tratar-se de facto do mesmo eremitério, até porque o autor no seu artigo “Eremitas portugueses no século XII”, in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed. IN-CM, pp. 112, 116, refere novamente S. Jorge e fala em duas doações feitas a essa ermida, e um pouco à frente (p. 124) diz: “S. Jorge de Coimbra tornou-se mosteiro de Crúzios”. Também em Tomaz da Encarnação, *Historia Ecclesie Lusitanae*, Tomo III, Cap. VI, p. 157, na transcrição do documento referente à ida de Salvador Guimariz para o mosteiro de S. Jorge, aparece: “...& firmitatis facere hominibus quibuscumque religiosis mecum conversari volentibus, sive successoribus eorum de illa Eremitica Ecclesia S. Georgii Martyris...”. Este mesmo trecho da transcrição aparece no artigo “O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra” in *O Instituto*, vol. I, Coimbra, 1853, p. 100, nota 2.

⁹ Esta hipótese é, na linha do que defendem os cronistas agostinianos, avançada por A. C. Borges de Figueiredo, *Coimbra Antiga e Moderna*, Edição Fac-similada da edição de 1886, Coimbra, Almedina, 1996, p. 106, que diz: “O mosteiro dúplice de S. Jorge foi fundado em 1084, e substituiu uma ermida mandada edificar quatro annos antes naquella local

seja consensual que se trate daquela igreja que D. Sesnando mandou erguer em Coimbra, num lugar denominado Mirleus ¹⁰, nos finais do séc. XI e à qual se refere no seu testamento. Sabemos que D. Sesnando teve uma acção preponderante na reconquista cristã na região mondeguinta e foi o responsável por “relevantes obras para bem do clero” ¹¹, um pouco à semelhança daquilo que se ia passando no resto do “país”, onde as famílias nobres aparecem associadas à criação e protecção de casas religiosas, encontrando assim projecção social para os seus familiares que aí ingresassem ¹². De facto, e a avaliar, quer pelas obras que edificou quer pelas doações que

– a mata de Mirleus – pelo conde D. Sesnando, agradecido ao santo, por havel-o livrado d’um grande perigo que correra andando á caça.”

¹⁰ A discussão prende-se com a localização de Mirleus. Segundo António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Coimbra*, vol. IV, Lisboa, 1952, p. 50, a igreja de Mirleus mandada edificar por D. Sesnando situava-se dentro da cidade de Coimbra, “e tudo quanto Nicolau de S. Maria refere sobre o conde D. Sesnando são fantasias feitas sobre o testamento deste”. De facto Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap. XIV, p. 152, afirma que D. Sesnando “... deixou em seu testamento a sua filha D. Elvira Sesnandes por sua universal herdeira, ordenádo-lhe que da sua prata lavrada se fizessem tres partes, & que as duas partes se dessem à sua nova Igreja de S. Jorge, edificada junto à mata de Mirleus, pera daquela prata se fazerem cruces, calices, frontaes, & ornamentos sagrados...” Sabemos, a partir do testamento de D. Sesnando (cf. *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Olissipone, MDCCCLXVII, doc. DCLXXVII, p. 404; A. G. da Rocha Madahil, “Documentos para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média, I-Cartório do Cabido”, in *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. IX, Coimbra, Coimbra Editora, 1933, pp. 281-282), datado de 1087, que o conde deixou de facto “...à igreja nova que edifiquei em Coimbra, para salvação de minha alma, no lugar que chamam Mirleus; doo e concedo àquela igreja duas partes dos meus vasos de prata, para que deles façam um frontal, cruces, cálices e capas e tudo o que seja ornamentos da igreja...” (conf. tradução do Dr. Santos Alves in *Monarquia Lusitana, Parte Terceira*, Ed. Fac-similada, 1973, p. 138). E se é indubitável que por vezes Frei Nicolau de Santa Maria adultera a história, como há muito já o detectara João Pedro Ribeiro, *Observações históricas e críticas para servirem de memorias ao systema da Diplomacia portugueza*, Parte I, Lisboa, 1798, pág. 81, nota 2, neste caso concreto o cronista poderá ter sido induzido em erro pela toponímia local, porque ainda hoje o mosteiro de S. Jorge é conhecido por mosteiro de São Jorge de Milreus. Desde que altura aparece o topónimo associado ao mosteiro ou à sua mata? Da documentação medieval que trabalhamos encontramos apenas referências à mata do mosteiro, sem qualquer menção a Milreus, o que naturalmente não invalida que aí existissem campos ou matos com essa designação. Menos controversa é a existência, durante a Idade Média, de um outro local denominado Milreus, situado na cidade e que contribui naturalmente para o adensar da confusão. De resto, Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, pp. 14-15, retrata com alguma minúcia esta problemática.

¹¹ Padre Miguel de Oliveira, *As paróquias rurais portuguesas...*, pp. 96-97.

¹² José Mattoso, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 2.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1985, pp. 156-157.

fez às instituições religiosas da área de Coimbra ¹³, o conde revelou-se, sem dúvida, um benfeitor e protector do clero.

Partindo do princípio que a fundação do mosteiro é de 1116 ou de alguns anos antes, temos forçosamente que questionarmo-nos acerca dos seus primeiros habitantes e da regra adoptada pela comunidade monástica. As primeiras referências aos habitantes de S. Jorge são-nos dadas naturalmente pelos cronistas agostinianos, que afirmam existir aí, desde 1088 e até ao ano de 1125, apenas clérigos seculares ¹⁴, sendo seu prior Domingos Pais. Este mesmo Domingos Pais continuou como prior do mosteiro, a partir de 1125, altura em que, segundo Frei Timóteo dos Mártires, é adoptada a regra de Santo Agostinho, dando-se cumprimento a um breve do papa Honório II ¹⁵. Ter-se-á de facto adoptado a regra de Santo Agostinho no mosteiro de S. Jorge em 1125? Talvez, mas esta é uma ideia veiculada pelos cronistas agostinianos ¹⁶, carecendo naturalmente de avalizada sustentação científica. Esta matéria, dada a sua controvérsia, só poderá ser minimamente esclarecida mediante um estudo aprofundado, sistemático e rigoroso das fontes, nomeadamente da documentação referente ao mosteiro ¹⁷. Há inclusivamente um documento

¹³ Esses contributos de D. Sesnando são-nos descritos por João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia eclesiastica e civil de Portugal*, Tomo I, Lisboa, 1860, pp. 23-24 e 50-53 e por Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana-Parte Terceira*, Ed. Fac-similada, Introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, IN-CM, Lisboa, 1973, Livro VIII, p. 9.

¹⁴ Frei Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap. XIV, p. 152, diz-nos que “...Salvador Guimarães, tratou de fazer a sua Igreja de S. Jorge Regular, & que os Clerigos della vivessem em comum, segundo a Regra do grande Padre Santo Agostinho. Mas por alguns estorvos que havia passarao muitos annos sem dar à execução tão santo intento... e entrarao no dito Mosteiro a servir a Deus no anno de 1125 recebendo o habito Clerical do Padre S. Agostinho da mão do bispo de Coimbra Dom Gonçalo, & em sua presença elegerao por seu Prior a Domingos Paez...”. Também Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III (Separata de “O Instituto”, vols. 120º e 121º), Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1960, p. 79, partilha das mesmas informações. Talvez não seja de todo desajustada esta possibilidade de o mosteiro ter sido habitado por homens saídos do clero catedralício, até porque no séc. XVI e perante a intenção do cardeal D. Henrique reformar o mosteiro de S. Jorge, entregando as rendas da mesa conventual a Santa Cruz de Coimbra e as da mesa prioral a um colégio de invocação do Espírito Santo que pretendia criar, o bispo D. Jorge de Almeida, lembrou-lhe que “os prelados conimbricenses tinham no mosteiro de S. Jorge, desde a sua fundação, toda a jurisdição civil e criminal, e visitação e colheita” (cf. “O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra”, in *O Instituto*, vol. I, Coimbra, 1853, p. 116; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p. 137).

¹⁵ Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 79.

¹⁶ Também Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno...*, vol. II, p. 324, corrobora esta opinião.

¹⁷ Infelizmente a própria documentação pertencente ao cartório do mosteiro, relativa

que se refere à adopção da regra de Santo Agostinho, cuja datação não tem sido também consensual¹⁸. Independentemente dos preceitos e normas que regularam os religiosos de S. Jorge nos seus primórdios, ou do ano em que ocorreu a adopção da Regra agostiniana, parece incontornável que após a edificação de Santa Cruz de Coimbra, em 1131, o mosteiro da margem esquerda do Mondego adere à regra professada em Santa Cruz, de onde saiu o cónego D. Garcia para assumir o seu priorado e proceder à sua reforma¹⁹, somente em 1148²⁰.

Talvez a criação de um hospital nas dependências do mosteiro seja um reflexo da sua chegada a S. Jorge, é que no programa crúzio “a assistência hospitalar estava consignada como uma obrigação”²¹. De resto este tipo de infra-estrutura já tinha

à 1ª metade do séc. XII, raramente se refere de forma explícita ao mosteiro. Alguma dessa documentação encontra-se transcrita, nomeadamente por Rui Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais portugueses, Documentos particulares*, vol. IV, Tomo I, A. D. 1116-1123, Lisboa, 1980, docs. 107, 181, 195, 233 e 259.

¹⁸ O autor do artigo “O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra”, in *O Instituto*, vol. I, Coimbra, 1853, p. 100, diz que “no anno de 1136, Salvador Guimariz, ou alguem por elle, redigiu uma carta de doação e convite a todos os homens religiosos, que com elle quizessem viver casta, pia e regularmente na egreja de S. Jorge...”. Também Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, pp. 12-14, retrata, indirectamente, este problema da adopção da regra no mosteiro de S. Jorge, confrontando as transcrições deste documento, feitas por Tomaz da Encarnação e Nicolau de Santa Maria, concluindo que ambas as datas avançadas pelos autores são incorrectas, adiantando como a verdadeira datação do documento o ano de 1146.

¹⁹ *Vida do Admiravel Padre S. Theotonio...*, traduzida e ampliada com aditamentos do Padre D. Joaquim da Encarnação, 2ª edição correcta, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, Parte II, Cap. IV, p. 97.

²⁰ Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo I, p. 13; Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva, *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas: os cónegos Regrantes de Santo Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834* (dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à FLUP), 1998, p. 53; Saul António Gomes, *In Limine Conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, vol. I, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FLUC, 2000, p. 228. Também Maria Alegria Fernandes Marques, “Evolução do monaquismo feminino, até ao séc. XIII, na região de Entre Douro e Tejo” in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, Edições Colibri, 1998, p. 26, aponta para depois de 1131 a adopção da regra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho por parte do mosteiro de S. Jorge de Coimbra.

²¹ Agostinho Figueiredo Frias, *Fontes de Cultura Medieval: O liber Ordinis Sanctae Crucis Colimbriensis*, Porto, Dissertação de Doutoramento em Filosofia, apresentada à FLUP, 2001, p. CVII. É, aliás, por demais conhecido o papel preponderante que os cónegos regrantes têm a nível social nos sécs. XII e XIII (cf. Francisco da Gama Caeiro, “A assistência em Portugal no séc. XIII e os cónegos regrantes de Santo Agostinho”, (Separata de *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Actas das 1ª Jornadas Luso-espanholas de História Medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de

sido criada no mosteiro de Santa Cruz no final da década de quarenta ²². Quanto ao hospital de S. Jorge, podemos afirmar com segurança que, na segunda metade do séc. XII, já existia ²³ como no-lo confirmam as doações orientadas especificamente para esse hospital ²⁴. De resto, S. Jorge ia, paulatinamente, construindo o seu senhorio, adquirindo, no terceiro quartel do séc. XII, um elevado número de propriedades nas suas imediações, nomeadamente em Castelo Viegas ²⁵, o que poderá também ser interpretado como um indício da sua juvenildade.

2. Das relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge

2.1. D. Afonso Henriques

As relações entre o poder régio e as instituições monásticas atingem, por vezes, contornos de grande complexidade, e são ditadas pelos interesses, ora divergentes ora confluentes das partes. O confronto de interesses foi ao longo dos séculos uma constante entre o poder espiritual e o poder temporal.

1972), Lisboa, 1973, p. 219), mormente através da fundação de albergarias e hospitais (cf. José Mattoso, “Cluny, cruzios e cistercienses na formação de Portugal” in *Portugal Medieval: novas interpretações*, IN-CM, 2ª ed., p. 113).

²² Armando Alberto Martins, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII-XV – História e Instituição*, Tomo II, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FLUL, 1996, p. 761 (nota 108); Saul António Gomes, *In Limine Conscriptio: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, vol. I, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FLUC, 2000, pp. 118-119; Agostinho Figueiredo Frias, *Fontes de Cultura Medieval: O liber Ordinis Sanctae Crucis Colimbriensis*, Porto, Dissertação de Doutoramento em Filosofia, apresentada à FLUP, 2001, p. CVII.

²³ Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, Cap. XV, p. 154, diz-nos que “...pelos annos de 1150, [...] hia crescendo o fervor de espirito, & de charidade nos Conegos daquelle Mosteiro, de maneira que fundação junto delle hum hospital pera curar pobres, & agazalhar peregrinos.”

²⁴ Na documentação que percorremos, encontrámos várias referências ao hospital de S. Jorge, sendo a primeira que vimos, referente ao testamento de Salvador Viegas, datado de 1159: “Ad hospital Sancti Georgii, mando omnem meam hereditatem de Ladeia...” (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 2, n. 19). Este documento encontra-se publicado por Tomás da Encarnação, *Historia Ecclesie Lusitanae...*, Tomo III, cap. VI, pp. 158-159; Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*, Coimbra, Tipografia Gráfica de Coimbra, 1939, pp. XXVI-XXVII, e Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, p. 102 (doc. XXIII).

²⁵ Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, pp. 35-40. De resto o prior João Vicente, juntamente com Salvador Viegas, vai conceder foral a Castelo Viegas em 1165 (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 3, n. 5). Existe um traslado deste foral, feito em Coimbra a 7 de Dezembro de 1395, para o qual a data foi mal copiada, aparecendo datado de 1170 (cf. IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 10, n. 12).

Em relação a São Jorge “os sereníssimos reys de Portugal fizerao sempre muitas merces, favores, liberdades a este mosteiro, dandolhe muitos privilegios”²⁶. De facto os monarcas portugueses “consagraram devoção especial e muita simpatia a S. Jorge”²⁷. Já D. Afonso Henriques aparece, em 1179, a intervir favoravelmente em relação ao mosteiro a propósito de uma contenda entre S. Jorge e os pescadores João Cifro e Salvador Peres sobre uns caneiros de pesca na Misarela²⁸.

No início da monarquia, um dos privilégios mais ambicionados pelos mosteiros era o coutamento das suas propriedades. Essa imunidade era, normalmente, conseguida através de uma carta de couto, muitas vezes dada, não à instituição religiosa, mas aos seus patronos²⁹. É de admitir, apesar de não se conhecer tal documento³⁰, que o mosteiro tenha recebido carta de couto de D. Afonso Henriques, à semelhança daquilo que aconteceu com dezenas de mosteiros portugueses³¹. De resto são muito parcas as informações que permitem analisar, de forma segura, o relacionamento entre D. Afonso Henriques e S. Jorge. Apesar da escassez de referências, as menções a este mosteiro conimbricense não estão totalmente alheadas da documentação régia. Num documento, emanado em 1141, D. Afonso Henriques dá ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a sua herdade do Alvorge³²

²⁶ Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 79. Também Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap. XIV, p. 153, diz que a partir de 1126 “... foi o mosteiro de S. Jorge em tanto crescimento, pelas merces dos Reys, testamentos, & doações de diversas pessoas...”

²⁷ A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro”, in *Itinerarium*, Ano II, nº 10 e 11, 1956, p. 429.

²⁸ Alexandre Herculano, *História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III*, 5ª ed., Tomo IV, Antiga Casa Bertrand-José Bastos & C.ª - Livraria Editora, s.d., p. 205; Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, p. 68. Também A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, p. 429, nos dá essa informação. Aliás este é um dos documentos que o autor transcreve (doc. I, pp. 471-472).

²⁹ José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros...*, 2.ª ed., Lisboa, Guimaraes Editores, 1985, p. 146.

³⁰ Uma carta de D. João I, datada de 11 de Dezembro de 1396, dá-nos conhecimento de que a mata que ficava junto do mosteiro era coutada (cf. A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 433-434 e 479-480 (doc. XI); *História Florestal, Aquícola e Cinegética: Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Chancelarias Reais*, ed. por Carlos Manuel Baeta Neves, vol. I (1208-1483), Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação - Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, Lisboa, 1980, doc. 254, pp. 61-62), privilégio, ao que tudo indica, apenas concedido no reinado de D. Dinis (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, ns.17, 19).

³¹ José Mattoso, “Senhorias monásticas do Norte de Portugal nos sécs. XI a XIII”, in *A nobreza medieval portuguesa - A família e o poder*, 4.ª ed., Editorial Estampa, 1994, pp. 272-274.

³² Maria Helena da Cruz Coelho, “O senhorio crúzio do Alvorge na centúria de trezentos”,

e a dízima de toda a Ladeia³³, bens que confrontavam com terras senhoreadas por S. Jorge, nomeadamente em Façalamim³⁴.

in *Estudos de História de Portugal, vol. I - sécs. X-XV*, (homenagem A. H. Oliveira Marques), Imprensa Universitária- Editorial Estampa, pp. 180-183. Num documento referente a uma sentença, de 1525, que tivemos a oportunidade de transcrever, o réu pretendia provar o seu direito à isenção das jugadas, “...dizendo que ssendo el rei Dom Affonço Enriques rei destes reinos de Portugual elle tinha o reguengo que se hora chama do reguengo digo que se hora chama do Rabassal no termo de Coimbra e fissera doação de certa parte delle pera suas cartas patentes ao mosteiro de Santa Crus da dita cidade do luguar do Alvorge para sertos lemites e devizoinis e demarquassois e da tyerra da Tianha e da Ladeira outrosim por sertos marquos e devizois e demarquassois das quais terras ho dito mosteiro de Santa Crus logo foi em posse por vertude da dita doassão e ouve dahi em diante a renda dellas inteiramente casa e recebe oje em dia como de terras suas sem se dellas paguarse trebutos algûs aos reis destes reinos...” (cf. AHMC – Documentos Avulsos em papel, n. 108, p. 91).

³³ Rui Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, Tomo II, (Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques: 1095-1185), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1962, p. 224; Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, *Livro Santo de Santa Cruz (Cartulário do séc. XII)*, INIC, Coimbra, 1990, p. 122. Estas doações serão confirmadas por D. Sancho em 1186 (cf. Documentos de D. Sancho I (1174-1211), vol. I, ed. Rui de Azevedo, Padre Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, p. 328); Avelino Jesus da Costa e Maria Alegria Fernandes Marques, *Bulário Português - Inocência III (1198-1216)*, Coimbra, INIC, 1989, p. 208. O próprio mosteiro de S. Jorge possuía propriedades na Ladeia, pelo menos a partir de 1159, que lhe tinham sido doadas por Salvador Viegas, para benefício do seu hospital (cf. IAN/TT – S. Jorge de Coimbra, M. 2, doc.19; Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera...*, p. 23).

³⁴ “...ac dividitur cum fratribus Sancti Georgi per gargantam Fazalamir...” (cf. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, *Livro Santo de Santa Cruz (Cartulário do séc. XII)*, Coimbra, INIC, 1990, p. 122. A propósito dos limites e da confrontação da Ladeia com Façalamim, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, *O senhorio crúzio do Alvorge na centúria de trezentos...*, p. 181, nota 5. Apesar de tudo, estas confrontações e limites não eram muito claras a avaliar por uma sentença de 1525 a favor de João Anes do Outeiro de Façalamim, onde é perceptível a dificuldade em separar e diferenciar as terras pertencentes a Santa Cruz de Coimbra e a S. Jorge uma vez que “...as terras dos casais que a hum e outro mosteiro pertencerão estavam todas mesturadas humas com as outras metendosse hum pedasso de Santa Crus entre as terras dos casais de São Jorge e outros pedassos que pertencião ao mosteiro de São Jorge e seus casais entre as terras dos casais de Santa Crus...” (AHMC – Documentos Avulsos em papel, n. 108, p. 87v.). Entre os bens que o mosteiro tinha em Façalamim estava a *quintaa de Façalamym*, onde o mosteiro emprazou, a 11 de Janeiro de 1452, *huum cassal encabeçado* a Martim Gonçalves (cf. AUC – Pergaminhos, Gaveta 10, M. 1, n. 12).

2.2. D. Sancho I

A 25 de Abril de 1191, D. Sancho I, em reconhecimento da intercessão do mártir S. Jorge a favor da saúde do seu primogénito, dispensou, para sempre, o prior D. Pedro Vicente e o mosteiro do pagamento da dízima da herdade de Façalamim ³⁵. Cerca de três anos mais tarde, vencidos onze dias do ano de 1194, o rei aparece a confirmar o acordo feito entre o mosteiro e o chanceler Julião Pais, quanto a obras e à distribuição de águas nos moinhos em que ambos eram vizinhos ³⁶. Em Março de 1195 o infante D. Afonso, filho de D. Sancho, juntamente com sua mãe, D. Dulce, e com o prior do mosteiro de S. Jorge, D. Gonçalo Martins ³⁷, outorga foral aos povoadores de São Vicente da Beira ³⁸, segundo o foro e costumes de Évora.

³⁵ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, Maço 1, doc.1; Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap. XV, p. 154; Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, pp. 79-80; João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas...*, Tomo II, Lisboa, 1811, p. 229; António Caetano do Amaral, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, Edição preparada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Porto, Livraria Civilização, 1945, p. 14; Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, p. 68; A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, p. 430. De resto este último autor transcreve este documento nas pp. 472-473. Este mesmo documento também se encontra transcrito nos *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, pp. 82-83 (doc. 51). Referem-se ainda a esta doação Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidario...*, edição crítica por Mário Fiúza, Livraria Civilização, 1966, vol. II, pp. 155, 423, 553 e José Eduardo Reis Coutinho, “Façalamim”, in *Munda*, n. 18, Novembro de 1989, Coimbra, Propriedade e edição do GA AC, p. 81.

³⁶ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, pp. 107-108 (doc. 70); Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap. XV, p. 154; Maria Teresa Nobre Veloso, *D. Afonso II - Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000, p. 190.

³⁷ A 11 de Janeiro de 1194 D. Gonçalo já era prior do mosteiro (*Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, pp. 107-108 (doc. 70). Segundo Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 81, ele foi eleito em 1192.

³⁸ *Portugaliae Monumenta Historica a seculo octavo post Christo usque ad quintum decem jussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita - Leges et Consuetudines*, vol. I, Olisipone, Typis Academicis, 1856-1861, pp. 494-496; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, pp. 129-132 (doc. 83). S. Vicente da Beira voltará a receber foral, dado por D. Manuel I, a 22 de Novembro de 1512, mas não deixam de ser aí lembrados os direitos que o mosteiro de S. Jorge tinha nessa vila (cf. *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: Beira*, direcção, edição, transcrição e notas de Luiz Fernando de Carvalho Dias, 1961, p. 49) sobretudo ao nível da portagem (cf. Virgínia Rau, “Para a História da População Portuguesa dos Séculos XV e XVI (Resultados e Problemas de Métodos)”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 112 (nota 89).

D. Sancho I ao ver aproximar-se a morte, imbuído de um espírito de caridade e compaixão avassaladores ³⁹ não se esqueceu do mosteiro de S. Jorge, deixando-lhe quinhentos maravedis ⁴⁰.

2.3. D. Afonso II

Também D. Afonso II foi generoso para com o mosteiro de S. Jorge, colocando-o mesmo sob protecção régia em 1215 ⁴¹, passando a designá-lo por “o meu mosteiro”. A esta generosidade não deverá estar alheia a posição extremamente zelosa, assumida por Honório III em relação ao cenóbio coimbrão, confirmando-lhe todos os bens e pondo-o sob a alçada da Santa Sé ⁴², a troco de dois morabitinos de ouro, anuais ⁴³.

O terceiro rei de Portugal, à semelhança do que tinha feito o seu pai, contemplou, no seu testamento, o mosteiro de São Jorge de Coimbra com quinhentos maravedis ⁴⁴.

2.4. D. Sancho II

Infelizmente e no que diz respeito ao reinado de D. Sancho II, são poucas as informações que nos permitem inferir do relacionamento estabelecido entre este

³⁹ José Antunes, João Gouveia Monteiro e António Resende de Oliveira, “Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a reconquista e a expansão”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra, 1984, p. 47.

⁴⁰ Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, Ed. Fac-similada, Introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, Livro XII, p. 62; Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 80.

⁴¹ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, Maço 1, doc. 6; Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap. XV, p. 155; Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 80; Alexandre Herculano, *História de Portugal...*, 5ª ed., Tomo II, p. 231; Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, pp. 69-70. Esse documento encontra-se publicado por A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 473-474.

⁴² São estas as palavras de Frei Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, Cap. XV, p. 155: “...o nosso Sumo Pontífice Honório III, concedeo grandes privilegios, & entre elles he o mais notavel, o que lhe concedeo no anno de 1221 a 19 de Fevereiro, no qual não só confirma ao Mosteiro todos seus bens, mas tambem o toma debaixo da sua protecção da Sè Apostolica, izentandoo de toda a jurisdição ordinaria, & em sinal desta izenção, & liberdade, manda que pague o Mosteiro cada anno à Sè Apostolica hum bizancio que valia quatrocentos reis”.

⁴³ Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 80.

⁴⁴ Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana, Parte Quarta*, Livro XIII, p. 114.

monarca e o mosteiro agostinho de S. Jorge. Por um documento, cujo ano não se conhece, sabe-se que o rei deu sentença desfavorável ao mosteiro de S. Jorge, numa contenda que o opunha a D. Guncina, por causa da herdade na aldeia de “Ruvio de Molendinis”, no termo de S. Vicente da Beira ⁴⁵. A outra referência a S. Jorge durante o reinado de D. Sancho é relativa ao testamento régio, feito em Toledo a 3 de Janeiro de 1248, manifestando aí a sua vontade de deixar ao mosteiro as suas “casas de Santarem, que forão de João Gomes” ⁴⁶. Da análise do seu testamento, apenas podemos concluir que há uma política coerente de doações e que não há qualquer discriminação de S. Jorge em relação aos outros grandes mosteiros desta época, uma vez que o monarca, ao contrário dos seus antecessores, enveredou por uma política de atribuição de bens imóveis. De qualquer das formas o reinado anárquico de D. Sancho II e as constantes lutas entre senhores laicos e eclesiásticos, os frequentes abusos e violências de que o clero regular era alvo ⁴⁷ e os diferendos entre o rei e o poder clerical ⁴⁸ não deixam antever um bom relacionamento entre o poder régio e o mosteiro de S. Jorge, mas estas são simples ilações que poderemos retirar a partir da situação geral do país nesta época, embora, e voltamos a repeti-lo, não possuímos dados concretos, que especifiquem o tipo de interferência e envolvimento entre D. Sancho II e o mosteiro de S. Jorge.

⁴⁵ Sandra Vírginia Pereira Gonçalves Bernardino, *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, doc. 94, p. 373. Também no séc. XIII, e em data desconhecida, o mosteiro vê-se novamente na eminência de perder património, mas desta feita para o rei. É que “os ovençais de Coimbra pretendiam que certas marinhas do Mosteiro de São Jorge, situadas no vale de Tavarede, fossem foreiras (à coroa). Os monges requereram ao rico-homem que se examinasse a verdade. Mandou este aos alvazis e almoxarife que fossem ali com os homens-bons verificar o facto. Dirigiram-se a Tavarede os magistrados municipais e o oficial do fisco com dois homens-bons e acharam que as marinhas não eram foreiras” (cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal...*, 5ª ed., Tomo IV, p. 215).

⁴⁶ Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana, Parte Quarta*, Livro XIII, p. 170; Frei António Brandão, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, edição actualizada com uma introdução de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1946, p. 123; A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, p. 432; Sandra Vírginia Pereira Gonçalves Bernardino, *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, doc. 87, pp. 361-363.

⁴⁷ José Mattoso, “A crise de 1245”, in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, 2ª ed., IN-CM, 1992, p. 66.

⁴⁸ Os conflitos entre D. Sancho II e o clero, nomeadamente o secular, estão devidamente retratados por José Antunes, João Gouveia Monteiro e António Resende de Oliveira, “Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a reconquista e a expansão”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 6, pp. 73-103.

2.5. D. Afonso III

Em relação ao reinado de D. Afonso III a situação é bem mais animadora no que respeita à documentação emanada da chancelaria régia e tendo como destinatário o mosteiro. O primeiro documento que conhecemos é de finais de Fevereiro de 1258, e refere-se à intervenção do rei, a pedido e a favor do mosteiro, contra a usurpação da aldeia de Arrefega, no termo da Covilhã, património de S. Jorge, por parte de um grupo de nobres locais que a tomou pela violência ⁴⁹. Passado cerca de um ano, a 20 de Março de 1259, encontrando-se D. Afonso em Santarém, faz doação ao mosteiro de S. Jorge do padroado da igreja de Santa Maria Madalena de Portalegre “pera que rogassem a Deos pella vida de sua primeira filha D. Branca” ⁵⁰, no entanto esta era uma doação sob termo certo, sendo o mosteiro instituído na posse do padroado somente após a morte do clérigo Durando Pais ⁵¹. A igreja vagaria apenas em 1265, altura em que o rei dirige nova carta ao alcaide e juízes de Portalegre ordenando-lhes que entreguem o padroado da igreja ao mosteiro de S. Jorge de Coimbra ⁵². Com esta doação o mosteiro via os seus padroados aumentarem ⁵³ e a sua

⁴⁹ Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, pp. 30, 94-95 (doc. XVI). Apesar da autora referenciar o documento como sendo de 1258 (p. 30), na transcrição aparece, por lapso, com a datação de 1228 (pp. 94-95).

⁵⁰ Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap. XV, p. 155; Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana, Parte Quinta*, Ed. Fac-similada, Introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1976, Livro XVI, p. 55v. Também Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno...*, Vol. II, p. 325; Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, pp. 75-76, fazem referência a esta doação. Este documento régio (IAN/TT – S. Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, n. 8) encontra-se transcrito por A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, p. 474 (doc. IV). Segundo José Eduardo Reis Coutinho, “Façalamim”, in *Munda*, n. 18, Novembro de 1989, Coimbra, Propriedade e edição do GAAC, p. 81, nesse mesmo ano de 1259, o rei confirmou ao mosteiro o padroado da igreja de Nossa Senhora da Hora de Façalamim, no entanto os documentos não nos dão quaisquer indicações nesse sentido.

⁵¹ A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 430 e 474 (doc. IV).

⁵² IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, n. 10 (cf. Apêndice Documental, doc. 1). Este documento também se encontra transcrito por A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 475-476. O padroado desta igreja ainda estava em posse do mosteiro nos finais do séc. XIV, altura em que o mosteiro apresenta Vasco Anes para prior e reitor de Santa Maria Madalena (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 13, n. 12), e provavelmente assim se manteve até à extinção do mosteiro. Mas em relação a este aspecto apenas podemos afirmar que no séc. XVII, mais especificamente aquando da elaboração da *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes*, por Frei Nicolau de Santa Maria, o padroado ainda estava em posse do mosteiro de S. Jorge (cf. *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap. XV, p. 155).

⁵³ Segundo Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*,

influência relativamente reforçada e alargada na zona interior do centro e sul do país. Não nos podemos esquecer que nesta altura o mosteiro, além da região de Coimbra, possuía domínios pelo menos em Santarém, na Covilhã e em S. Vicente da Beira ⁵⁴.

D. Afonso III, como que a querer concretizar o juramento de Paris ⁵⁵, mostrava-se um afectuoso protector do mosteiro e ainda decorria o ano de 1265, quando o monarca repete o mesmo gesto de D. Afonso II, tomando sob a sua guarda e protecção S. Jorge de Coimbra, juntamente com todos os seus haveres e pessoal ⁵⁶. O protecção e devoção deste monarca pelo mosteiro de S. Jorge é de novo visível num documento de Janeiro de 1269, onde o rei dispensa para sempre o mosteiro do pagamento semanal, a si e aos seus sucessores, da lenha que lhes estava obrigado a fornecer quando os monarcas residissem em Santarém ⁵⁷.

Segunda Parte, Livro VIII, cap. XV, p. 155, “Com esta doação da Igreja da Magdalena de Portalegre, ficou o mosteiro sendo Padroeiro de sete igrejas, que se lhe annexarão a saber: A Igreja de S. Estevão de Castello –Viegas; a Igreja de N. Senhora da Hora de Façalami. A Igreja de S. Justo do Ameal no Bispado de Coimbra; a Igreja de Santiago de Covilhã, com a anexa de São Sebastião de Ferro no Bispado da Guarda. A Igreja de S. Vicente da Beira, & a Igreja da Magdalena de Portalegre”). Também Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno...*, Vol. II, p. 325, apresenta S. Jorge como detentor destes padroados. Esta questão dos padroados foi mais desenvolvida por Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, pp. 71-74.

⁵⁴ Além dos bens que o mosteiro possuía em S. Vicente de “Tras Serra”, detinha também o padroado da igreja dessa vila. De resto a documentação de S. Jorge permite historiar a evolução deste seu padroado nalgumas épocas, como acontece em finais do séc. XIII e inícios do XIV. Em 1280 o reitor desta igreja era Estêvão Peres, mas em Dezembro de 1291 Frei João Martins, bispo da Guarda, confirma para reitor da igreja de S. Vicente, Rodrigo Esteves, que tinha sido apresentado pelo mosteiro de S. Jorge. Nessa altura a igreja encontrava-se vaga por morte do seu anterior titular, justamente Estêvão Peres (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 7, n. 13). O certo é que este novo reitor iria aí permanecer pouco mais de uma década porque a 21 de Março de 1303, o bispo da Guarda, D. Vasco, confirmava Rodrigo Martins como novo reitor dessa igreja. Esta carta de confirmação foi trasladada pelo tabelião de S. Vicente da Beira, Aires Peres, a 21 de Maio de 1314, a pedido de Domingos Migueis, prior de S. Jorge (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 8, n. 10).

⁵⁵ Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana, Parte Quarta*, Livro XIII, pp. 157v.-158.

⁵⁶ IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, n. 9. Este documento foi transcrito por A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, p. 475 (doc.V) e é referenciado por Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, p. 69. Esta carta de D. Afonso III, é de 15 de Maio de 1265, mas existe um traslado dela feito pelo tabelião de Coimbra, Pedro Bartolomeu, a 19 de Julho de 1279, a pedido do prior de S. Jorge, Martinho Migueis (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 7, n. 38).

⁵⁷ IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, n. 11. Este documento, datado de Coimbra, 10 de Janeiro de 1269, está transcrito por A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 431 e 476 (doc. VII).

Por essa altura já os bispos tinham apresentado ao papa o rol de 43 artigos ⁵⁸ contra aquilo que eles consideravam as atrocidades cometidas pelo rei contra a Igreja e lançado o interdito sobre as suas respectivas dioceses ⁵⁹. Neste particular há indicações de agravos cometidos por D. Afonso III contra S. Jorge ⁶⁰, relacionados com intromissões ao nível dos direitos de padroado. Apesar deste reinado estar relativamente bem documentado, o certo é que, exceptuando o documento de inícios de 1269 e o testamento régio, não temos, para o último decénio da sua governação, qualquer outro tipo de informação relevante para o esclarecimento das ligações entre D. Afonso III e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra. De qualquer forma julgamos que o azedar das relações entre o poder régio e o clero secular na última década do seu reinado ⁶¹ não teve um reflexo tão negativo nas relações com o clero regular, como parecem indicar as medidas proteccionistas que tomou, em 1272, em relação aos mosteiros e igrejas, vítimas de abusos por parte de alguns nobres ⁶². O último documento de D. Afonso, onde é referido o mosteiro de S. Jorge, é o seu testamento, feito em 1271 ⁶³, onde o rei revela um espírito de benevolência para com algumas instituições eclesiásticas com quem mantinha diferendo, pressagiando-se já neste testamento talvez aquele que se pode considerar como o seu último grande acto de governação: a reconciliação e subjugação à Igreja ⁶⁴, restituindo-lhe também os bens que entretanto lhe tinha usurpado ⁶⁵.

⁵⁸ Este libelo encontra-se publicado por Alexandre Herculano, *História de Portugal...*, 5ª ed., Tomo III, pp. 101-108; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, pp. 189-193 e Maria Alegria Fernandes Marques, *O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1249)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 499-521.

⁵⁹ Mattoso, José, “Dois séculos de vicissitudes políticas”, in *História de Portugal*, vol. II (A Monarquia Feudal), dir. de José Mattoso, Editorial Estampa, 1993, p. 144.

⁶⁰ Maria Alegria Fernandes Marques, *O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III...*, pp. 393, 500.

⁶¹ José Antunes, João Gouveia Monteiro e António Resende de Oliveira, *Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a reconquista e a expansão*, pp. 104-111.

⁶² Herculano, Alexandre, *História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III*, 5ª ed., Tomo III, Antiga Casa Bertrand-José Bastos & C.ª - Livraria Editora, s.d., pp. 101-108.

⁶³ Frei António Brandão, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, edição actualizada com uma introdução de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1946, pp. 332, 336.

⁶⁴ José Antunes, João Gouveia Monteiro e António Resende de Oliveira, “Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a reconquista e a expansão”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 6, p. 111.

⁶⁵ Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, Ed. Fac-similada da Edição de 1632, Introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1974, pp. 254-255vº; Alexandre Herculano, *História de Portugal...*, 5ª ed., Tomo III, p. 153.

Talvez ainda mais importante do que figurar no testamento de D. Afonso III, é o facto do mosteiro de S. Jorge ter sido agraciado com 250 libras ⁶⁶, logo atrás do de Santa Cruz e do de São Vicente de Lisboa, contemplados respectivamente com 1000 e 500 libras, o que poderá ser revelador da estima em que o monarca tinha o cenóbio conimbricense.

2.6. D. Dinis

O reinado de D. Dinis revela-se, em termos gerais, bem mais tranquilo nas relações entre o poder régio e o poder eclesiástico, esbatendo-se a animosidade do grupo, o clero deixa de funcionar como um todo ⁶⁷ para dar lugar a conflitos pontuais, despoletados por toda uma conjuntura endereçada para a centralização régia. Apesar do prolongado período de turbulência nas relações entre a Coroa e o clero e das tentativas de restabelecimento e normalização dessas relações durante grande parte do período dionisino ⁶⁸, os documentos que nos permitem avaliar as relações entre o mosteiro de S. Jorge e o monarca, deixam transparecer um óptimo relacionamento entre as partes.

Logo no seu primeiro ano de reinado D. Dinis toma sob a sua guarda, encomenda e protecção, o seu ⁶⁹ mosteiro de S. Jorge para que ninguém *fezesse mal nem força nos bees do dicto moesteyro per força dos encoutos assi como el rey mandava na dicta sa carta* ⁷⁰. O certo é que estas recomendações e ameaças régias não surtiram efeito, porque no início de trezentos S. Jorge passava por um período difícil, não sabemos se por incapacidade organizativa ou se ainda se estava a recompor de eventuais sequelas que o agitado século XIII deixara. Os documentos mostram

⁶⁶ Frei António Brandão, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, edição actualizada com uma introdução de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1946, p. 333; Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, p. 256.

⁶⁷ José Antunes, João Gouveia Monteiro e António Resende de Oliveira, “Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a reconquista e a expansão”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 6, p. 116.

⁶⁸ As relações entre o clero e D. Dinis, são descritas por Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, pp. 200-203, e sintetizadas pelo Padre Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, actualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p. 91.

⁶⁹ Assim o considera o monarca ao dizer: “...e vos bem ssabedes que o moesteyro de Sam Jorge e ho de Sancta Cruz som meus...” (IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, ns. 16 e 19; Apêndice Documental, docs. 3 e 7). Também A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 431-432, refere este aspecto.

⁷⁰ Esta carta é-nos dada a conhecer por um traslado feito em 1315, por Estêvão Peres, tabelião de Celorico da Beira, a pedido do prior Domingos Migueis. Curiosamente o traslado é feito a partir, não do documento original de 1279, mas de uma pública-forma, tirada do original a 9 de Dezembro de 1280, pelo tabelião de Coimbra, Pedro Bartolomeu.

que o mosteiro se encontrava bastante vulnerável e a sua autoridade era desrespeitada por aqueles que lhe deviam obediência, vendo-se, recorrentemente, na necessidade de solicitar a intervenção régia. A resposta da chancelaria dionisina é célere. Nesse sentido é dirigida uma carta, datada de 3 de Fevereiro de 1307, aos alcaides e alvazis de Coimbra para que façam respeitar devidamente os privilégios de S. Jorge, porque o prior e o convento desse mosteiro queixaram-se-lhe de que *a gente do concelho dessa villa e de seu termho lhis vam a sa mata e a seus herdamentos contra sa voontade fazendolhys hi muyto mal e muyta força e que vos lhis non queredes aguardar as cartas e privilegios que de mim teem*⁷¹. Ainda do mesmo dia é dirigida uma carta praticamente nos mesmos termos ao alcaide e concelho de São Vicente da Beira, queixando-se o mosteiro que os vassallos desse concelho não estavam a cumprir com os seus deveres e obrigações, acusando-os inclusivamente de se terem apossado de terras destinadas ao povoamento da vila e que ainda não tinham sido sesmadas⁷². Volvidos cerca de dois anos o mosteiro continuava a enfrentar os mesmos problemas pelo que D. Dinis ordena a todos os alcaides das vilas onde o mosteiro possuía bens, nomeadamente aos alcaides de Coimbra e de Santarém para intervirem e fazerem respeitar os direitos e privilégios do mosteiro porque *lhe disserom que homeens de Coinbra e de Santtarem e doutras villas e de seus termhos fazem muyto mal e muyta força en o moesteyro de Sam Jorge e na sa mata e en seus herdamentos e en sas cousas e a seus homeens*⁷³. Se é notório que por esta altura S. Jorge enfrentava alguns problemas de autoridade e via o seu património ser alvo de constantes intromissões alheias, não é menos verdade que estas denúncias e apelos à intervenção régia revelam espírito diligente e algum dinamismo do prior Afonso Martins⁷⁴, no sentido de defender

⁷¹ IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, n. 19 (cf. Apêndice Documental, doc. 7).

⁷² IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, n. 19 (cf. Apêndice Documental, doc. 7).

⁷³ IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, ns. 12, 16 e 19 (cf. Apêndice Documental, docs. 3, e 7). Trata-se de uma carta régia, datada de 20 de Outubro de 1309. Ao transcrevermos a documentação da Torre do Tombo respeitante aos Documentos Régios, encontrámos um documento em papel (IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais M. 1, n. 12), referente a este assunto, datado de 20 de Outubro de 1279. Trata-se efectivamente de uma cópia feita a partir do documento original, embora a data tenha sido mal transcrita e por isso esteja incorrecta. De qualquer forma este erro é facilmente detectável e corrigível uma vez que o documento original apresenta a datação de 20 de Outubro de 1309 (Apêndice Documental, doc. 3). E se dúvidas houvessem elas seriam dissipadas pelo traslado, feito a 7 de Novembro de 1363 (Apêndice Documental, doc. 7) que confirma essa data. A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 431 e 477, também utilizou e transcreveu esse documento de 1309. Encontrámos ainda referências a este mesmo documento em Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, p. 69.

⁷⁴ Este prior deverá ter governado o mosteiro entre 1298, ano da morte de D. Pedro Pires (cf. Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 82) e o final da

convenientemente a instituição, tentando recuperar aquilo que lhe vinha sendo usurpado. O relacionamento entre esta canónica agostiniana e o monarca processava-se de forma auspiciosa, o que não significa que D. Dinis se tenha pronunciado sempre favoravelmente em relação a S. Jorge, como no-lo demonstra a sentença desfavorável ao mosteiro, emitida a 29 de Novembro de 1311, numa questão que envolvia os limites sobre Façalamim, Ancião e Soucide ⁷⁵. Ainda antes de se cravar este pequeno espinho, certamente indolor, nas relações entre a Coroa e o mosteiro, aparece, de permeio, entre as diversas intervenções régias a favor de S. Jorge, uma carta de 5 de Agosto de 1309, em que o monarca num gesto de gratidão e reconhecimento pela dedicação que o mosteiro mostrou ao fazer voluntariamente e por iniciativa própria *serviço per o casamento do infante don Affonso* ⁷⁶, que se realizaria a 12 de Setembro de 1309, isenta S. Jorge e os seus caseiros de todo e qualquer foro que for lançado, doravante, para os casamentos da família real ⁷⁷.

A boa gestão dos priores Afonso Martins e Domingos Migueis parece ter devolvido ao mosteiro alguma estabilidade económica, como se poderá depreender da taxação que lhe foi aplicada em 1321, cifrada em 900 libras ⁷⁸, sem dúvida uma das mais altas entre os mosteiros agostinhos do país ⁷⁹.

primeira década do século XIV. Na documentação do mosteiro de S. Jorge aparece referenciado pela última vez como prior a 17 de Outubro de 1306 (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 8, n. 4), seguindo-se depois um hiato documental até 28 de Agosto de 1311, altura em que o prior já é Domingos Miguéis (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 8, n. 5). Sabe-se, no entanto, que Afonso Martins ainda era prior do mosteiro em Setembro de 1307, porque foi nessa qualidade que participou no Sínodo Diocesano, realizado na catedral de Coimbra, a 9 de Setembro de 1307, onde foi acompanhado por João Peres, cónego de S. Jorge (cf. *Synodicon Hispanum*, dirigido por Antonio Garcia y Garcia, II. *Portugal*, por Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio Garcia y Garcia, António Gutierrez Rodriguez, Isafas da Rosa Pereira, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1982, p. 197).

⁷⁵ Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Lader...*, p. 122; José Eduardo Reis Coutinho, “Façalamim”, in *Munda*, n. 18, Novembro de 1989, Coimbra, Propriedade e edição do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, p. 81.

⁷⁶ IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, n. 14 (cf. Apêndice Documental, doc. 2).

⁷⁷ Uma missiva de teor idêntico foi enviada ao mosteiro de Arganil, também datada de 5 de Agosto de 1309 (cf. Saul António Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra*, I. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Separata de “Estudos Medievais”, Centro de Estudos Humanísticos - Secretaria de Estado da Cultura - Delegação Regional do Norte, Porto, 1988, Doc. 41, pp. 112-113).

⁷⁸ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p. 123. Esses rendimentos são reveladores da existência de um vasto património, que não se concentrava só nas proximidades do mosteiro, nomeadamente Coimbra, Penela, Penacova, mas se estendia a Santarém, Lisboa e S. Vicente da Beira.

⁷⁹ Com taxações superiores só encontrámos Santa Cruz de Coimbra (20. 600 libras),

Também no seu testamento, feito a 20 de Junho de 1322, D. Dinis não se esqueceu de contemplar o mosteiro de S. Jorge, legando-lhe 200 libras, de resto, um montante comum a todas as instituições monásticas de Coimbra ⁸⁰.

2.7. D. Afonso IV

O reinado de D. Afonso IV inicia-se de forma conturbada, mas sanados os conflitos e suplantadas as dissensões regressa a acalmia, embora no que respeita ao mosteiro de S. Jorge os problemas sentidos no reinado de D. Dinis continuassem a ser uma realidade, embora, também neste caso, o relacionamento com o monarca fosse positivo como facilmente se depreende dos dois documentos que encontrámos referentes ao reinado de D. Afonso IV, ambos de Outubro de 1336. A 3 de Outubro de 1336, o rei, à semelhança daquilo que já tinham feito os seus antecessores, toma sob a sua protecção o prior de S. Jorge, à altura D. Gonçalo ⁸¹, bem como o mosteiro, juntamente com todos os seus bens e homens ⁸². O certo é que passados sete dias, após esta primeira carta, o monarca ordena ao alcaide e alvazis de Coimbra e a todas as justiças do reino para zelarem pelos bens do mosteiro, relembrando as cartas de seu pai que tinham sido emitidas com esse intuito e que não estavam a ser cumpridas, nomeadamente em Coimbra e S. Vicente da Beira ⁸³. Infelizmente, não encontrámos mais nenhum documento ⁸⁴ que nos possa

S. Vicente de Fora (3150), S. Salvador de Grijó (3000), Santa Maria de Vila Boa do Bispo (1500), Santa Maria de Landim (1400) e Santa Marinha da Costa (1000) (cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, pp. 93, 96, 108 e 127).

⁸⁰ Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*, Ed. Fac-similada da Edição de 1672, Introdução de A. da Silva Rego e notas de A. A. Banha de Andrade, A. Dias Farinha, Eduardo dos Santos e M. Santos Alves, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1980, pp. 426, 585; António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Tomo I, Livro II, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora, 1946, p. 128.

⁸¹ A primeira vez que aparece referenciado como prior de S. Jorge é a 22 de Junho de 1336, dia em que o mosteiro afora umas casas na cidade de Coimbra a Estêvão Mendes, porteiro do bispo de Coimbra, e à sua mulher, Urraca Martins, e sucessores (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 8, n. 27).

⁸² IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, n. 17; M. 8, n. 29 (cf. Apêndice Documental, docs. 4 e 6). Também A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 431 e 478, referencia e transcreve este documento régio. De igual modo Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, p. 69, alude a este documento.

⁸³ IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, ns. 18 e 19 (cf. Apêndice Documental, docs. 5 e 7).

⁸⁴ Ao percorrermos as *Chancelarias portuguesas. D. Afonso IV*, 3 vols., INIC, Lisboa, 1990-1992, não encontrámos referência aos documentos que transcrevemos nem a quaisquer outros tocantes a S. Jorge.

dar indicação das relações entre S. Jorge e este rei, mas pelas pistas que estes documentos nos fornecem parece ter existido uma relação salutar entre as duas partes, um protecçãoismo régio contrastante com o tratamento dado à generalidade dos mosteiros, que se viram arredados de algumas das suas jurisdições em resultado das inquirições efectuadas⁸⁵. De resto é no mosteiro de S. Jorge que vão ser proferidas, a 28 de Outubro de 1354, as sentenças, referentes à contenda que opunha o rei ao bispo do Porto, D. Pedro Afonso, por causa das jurisdições nessa cidade⁸⁶.

2.8. D. Pedro

D. Pedro foi obrigado a intervir logo no seu primeiro ano de reinado porque o prior do mosteiro de S. Jorge, possivelmente D. Lourenço Peres, estava preso na prisão dos vigários do bispo da cidade de Coimbra *per alguas querellas e denuncias oees que dele som dadas dos fectos que fez como nom devia*⁸⁷. Para além disso

⁸⁵ Sobre este tema, e no que diz respeito ao Norte de Portugal, veja-se José Marques, “D. Afonso IV e as Jurisdições Senhoriais”, in *Actas das II Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*, vol. IV, Porto, INIC Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 1527-1566. Em relação a alguns mosteiros de Coimbra consulte-se Maria Helena da Cruz Coelho, *O poder e a sociedade no tempo de D. Afonso IV*, Separata da “Revista de História”, vol. 3, Porto, 1988, pp. 43-44.

⁸⁶ António Caetano do Amaral, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, p. 100. Curiosamente tanto José Augusto Ferreira, *Memorias archeologico historicas da cidade do Porto*, Livraria Cruz, 1923, pp. 362, 365, como Eugénio da Cunha e Freitas, “Os bispos senhores da cidade: III - de D. Pedro Afonso a D. Gil Alma”, in *História da Cidade do Porto*, vol. I, dir. de Damião Peres e António Cruz segundo um plano de A. Magalhães Basto, Barcelos, Portucalense Editora, 1962, p. 258, dizem que esta sentença foi lavrada “no monte de S. Jorge, junto a Coimbra”.

⁸⁷ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 8 (cf. Apêndice Documental, doc. 8). A carta régia encontra-se publicada no artigo “O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra”, in *O Instituto*, vol. I, Coimbra, 1853, p. 115, nota 1. Trata-se de uma carta datada de 31 de Outubro de 1357. Curiosamente esta carta não consta da Chancelaria de D. Pedro e aparece datada pelo Autor do artigo *O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra* como sendo de “Arganil primeiro dia de Outubro”, o que não é de todo correcto, uma vez que a 1 de Outubro, o rei está em Buarcos onde ordena a entrega do castelo de Castelo Bom ao seu vassalo Martim Lourenço de Figueiredo (cf. *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1984, Doc.145, p. 60; J. T. Montalvão Machado, *Itinerários de El-Rei D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978, p. 44). De qualquer forma a 2 de Novembro de 1357, D. Pedro encontra-se em Arganil (cf. *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, doc.797, pp. 356-357), daí que seja perfeitamente admissível que tivesse chegado a esta vila em finais de Outubro, o que explicaria que o Autor tivesse confundido *postumeiro* com *primeiro* ao desabreviar a palavra.

o priol maleceosamente como nom deve manda vender e dessbaratar pam e vinho e outras coussas do dicto moesteiro de guissa que esta em ponto de seer delapidado⁸⁸. Para evitar essa situação o rei foi obrigado a pedir a todas as justiças do reino para sequestrarem todo e qualquer bem do mosteiro⁸⁹. A avaliar por este documento é crível que S. Jorge tenha sido despojado de algum do seu património, mas o próprio rei em Abril de 1364 também contribui para esta situação ao doar a D. João Afonso Telo, conde de Barcelos, várias terras no termo de Penela, nomeadamente a Quinta da Mouta de Bela, os casais de Ameixeira e a aldeia de Canave, que era *aldeia do moesteiro de sam Jorge*⁹⁰. Esta aldeia tinha sido dada, a

⁸⁸ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 8; “O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra”, in *O Instituto*, vol. I, Coimbra, 1853, p. 115, nota 1.

⁸⁹ A carta régia refere-se apenas ao priol do mosteiro de Sam Jorge, sem especificar o seu nome, no entanto, e atendendo ao facto de que quem solicita o traslado da carta é Lourenço Peres, prior de S. Jorge em 1358, parece-nos pouco plausível que este prelado, a ter estado directamente envolvido em tão melindrosa questão, fosse pedir tal documento. Além disso não faria sentido o prior regressar ao governo da casa que tentou arruinar. Não deixa, no entanto, de ser curioso o facto de o traslado ser pedido a um juiz de Santarém quando a carta foi dirigida a *todalas justiças dos meus reinos que esta carta virdes*, pelo que é de presumir que os juizes de Coimbra tivessem conhecimento de tal missiva até porque a maioria dos bens do mosteiro se localizava na região coimbrã. Terá D. Lourenço estado envolvido e foi esta uma forma encontrada para preservar a sua própria imagem, ou, não estando envolvido, terá sido este um puro acto de gestão, na tentativa de proteger a própria instituição minorando assim as repercussões negativas que poderia trazer a exposição perante as autoridades locais?

⁹⁰ Maria de Freitas, *Documentos da Chancelaria de D. Pedro I. Anos de 1363-1367: Leitura e alguns comentários*, (Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, 1963, pp. XCIX-C; *Chancelarias portuguesas – D. Pedro I*, INIC, Lisboa, 1984, doc. 891, pp. 409-410; Valentino Viegas, *Relações de Vassalagem no Reinado de D. Pedro I*, Edições Colibri, Lisboa, 2001, p. 68. O conde de Barcelos foi, de resto, extremamente beneficiado por D. Pedro (cf. Regina Araújo Cerqueira Moreirinhas, *Documentos da Chancelaria de D. Pedro I (1357-1359)*, pp. XXX-XXXI. Apesar desta doação o mosteiro de S. Jorge já tinha emprazado ao conde de Barcelos a quinta e a aldeia de Canave por contrato feito a 21 de Novembro de 1363, obrigando-se o conde a pagar, anualmente, 55 libras de dinheiros portugueses (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 18). Curiosamente os mesmos bens que D. Pedro deu ao conde de Barcelos a 7 de Abril de 1364, haveriam de vir a ser senhoreados por D. Pedro de Meneses, setenta anos depois, em virtude de uma doação que lhe fez D. Duarte a 7 de Abril de 1434 (*Chancelarias portuguesas. D. Duarte*, vol. 1, Tomo I (1433-1435), edição preparada por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 1998, doc. 552, pp. 302-304), de resto uma das muitas doações que D. Duarte faria ao Conde Dom Pedro de tantos e tão estremados serviços (cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, reprodução fac-similada do exemplar existente na Biblioteca Pública de Braga com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Comissão Organizadora do Congresso

17 de Março de 1313, *a forro e poboamento... com todos os seus direitos e termos e com sas entradas e saidas e tambem montes come fontes a rotos e por arromper*⁹¹ a uma dezena de foreiros e às suas respectivas mulheres e sucessores, num aforamento colectivo que traria um acréscimo nas rendas do mosteiro. Mas se no início do século o mosteiro, sob a direcção do prior Domingos Migueis, parecia ser habilmente gerido, é inegável que nas duas primeiras décadas da viragem para a segunda metade da centúria, passava por um período de turbulência e desnorte, perdendo o fulgor, a importância e o prestígio adquiridos nos seus dois primeiros séculos de existência. É muito natural que tivesse sido afectado pela Peste Negra e pelas suas nefastas consequências como aconteceu com outras instituições conimbricenses⁹², no entanto a documentação não nos fornece elementos que nos permitam afirmá-lo⁹³. De qualquer forma é inequívoco que a instabilidade ao nível da gestão do mosteiro, documentada para os finais da década de cinquenta, persiste nos inícios de sessenta. Ilustrativo daquilo que acabámos de afirmar é a escolha de Vasco Martins, prior do mosteiro de Ansede, para o mosteiro de S. Jorge⁹⁴, cuja eleição é consentida e outorgada por D. Pedro em Maio de 1362⁹⁵.

Internacional “Bartolomeu Dias”-Vº Centenário da Passagem do Cabo da Boa Esperança, 1988, cap. XI, pp. 520-521).

⁹¹ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 8, n. 7.

⁹² São bem conhecidos os casos de S. Pedro de Almedina (cf. Virgínia Rau, “Um documento português sobre a peste negra de 1348” in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 130-131; A. H. de Oliveira Marques, “Consequências demográficas da Peste Negra”, in *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval*, Tomo I, Número especial de “Bracara Augusta”, vol. XIV-XV, Fascículos 1-2 (49-50), Janeiro-Dezembro de 1963, pp. 214-215, 218), Seixa e Lervão (cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, IN-CM, pp. 24-25; Idem, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da peste negra”, in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI), I- Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 60; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria de Lervão no século XIV- gestão feminina de um património fundiário*, IN-CM, Lisboa, 2001, p. 93).

⁹³ Infelizmente a documentação referente a este período é exígua, existindo apenas seis documentos para o período compreendido entre 1348 e 1356 (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, ns. 2,3,4,5,6 e 7), quase todos eles de carácter particular. É de admitir, tendo apenas como base essa documentação, que o próprio prior do mosteiro, D. Gonçalo Domingues, tenha perecido, senão vítima, pelo menos por alturas do flagelo, uma vez que é referenciado como prior do mosteiro pela última vez em documento de 16 de Junho de 1348 (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 3), encontrando-se à frente do mosteiro, pelo menos desde 1358, Lourenço Peres (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 8).

⁹⁴ Entre estes dois mosteiros agostinhos existia um bom “inter-relacionamento institucional e espiritual” (cf. Saul António Gomes, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli - Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p. 186).

O mosteiro já tinha tido à sua frente priores vindos de outros mosteiros, mas de maior nomeada que o de Ansede, sobretudo de Santa Cruz de Coimbra ⁹⁶, embora a vinda de D. Vasco Martins de Baião para S. Jorge de Coimbra não deslustraria em nada a instituição, antes pelo contrário, uma vez que a sua governação à frente de Ansede parece ter contribuído sobremaneira para o engrandecimento da canónica duriense ⁹⁷. Efectivamente tal mudança parece não se ter concretizado ⁹⁸ porque a 4 de Fevereiro de 1363 o prior de S. Jorge é Afonso Gonçalves, que nesse mesmo dia empraça, juntamente com o convento, a *Gonçalo Martinz nosso coonigo e nosso companhom profeso do dicto mosteiro*, bens em Penacova ⁹⁹.

A 7 de Novembro de 1363 compareceram em audiência, perante o juiz de Coimbra, Vasco Lourenço, cónego do mosteiro de S. Jorge juntamente com o procurador do mosteiro. O procurador estava munido de uma carta de D. Afonso IV que continha os traslados das cartas de D. Dinis, tendo pedido ao juiz para que lhes fizesse traslado delas e para que as fizesse cumprir. O pedido do procurador foi satisfeito e logo nesse dia o juiz mandou *Domingos Affonso pregueiro da dicta cidade de Coynbra que apregoasse per a dicta cidade e portas della que nom fosse nenhûum tam ousado que fosse aa mata nem aos logares do dicto moesteyro de Sam Jorge nem lhys fizesse desaguizado nenhûum na dicta sua mata nem aas dictas suas cousas so pea dos encoutos d'el rey* ¹⁰⁰. A avaliar pelas cartas régias de

⁹⁵ Veja-se *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, INIC, Lisboa, 1984, Doc. 640, p. 298.

⁹⁶ Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo I (Separata de “O Instituto”, vols. 103º e 106º), Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1955, p. 24. Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, Cap. XV, p. 154; *Vida do Admiravel Padre S. Theotónio...*, traduzida e ampliada com aditamentos do Padre D. Joaquim da Encarnação, 2ª edição correcta, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, Parte II, Cap. IV, p. 97.

⁹⁷ Saul António Gomes, *Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede...*, pp. 187-188. Também o seu desempenho à frente de Santa Cruz de Coimbra parece ter sido louvável (cf. Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro IX, Cap. XXIII, p. 244; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, Tomo I, pp. 524-531).

⁹⁸ De facto a documentação de S. Jorge não lhe faz qualquer referência. Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 82, na listagem dos priores de S. Jorge, também não se refere a Vasco Martins, anotando para o reinado de D. Pedro apenas dois priores: D. Lourenço Pires e D. Afonso Gonçalves. É natural que não existam quaisquer referências a Vasco Martins em S. Jorge porque na realidade ele continuava à frente de Ansede ainda em 1364 e só abandonaria o priorado desse mosteiro em 1377 para assumir o governo de Santa Cruz de Coimbra (cf. Armando Alberto Martins, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, Tomo I, pp. 523-524; Saul António Gomes, *Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede...*, pp. 187-189).

⁹⁹ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 12.

¹⁰⁰ IAN/TT – São Jorge de Coimbra - Documentos Reais, M. 1, n. 19 (cf. Apêndice Documental, doc. 7).

D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro, o mosteiro queixava-se persistentemente contra os abusos de que eram alvo as suas propriedades, mas apesar de uma certa protecção régia e das ameaças contidas nessas cartas contra os eventuais prevaricadores, o seu real cumprimento ou pelo menos a eficácia da justiça parece pouco perceptível. Senão vejamos, a 6 de Novembro de 1358, o pregoeiro de Coimbra, por ordem do concelho, vai apregoar na alcáçova, no concelho, na praça de Santa Cruz, na de S. Bartolomeu e na praça velha *que nom fosse nenhum tam ousado de cortar lenha nem madeira na mata do moesteiro de Sam Jorge so pea da cadea e demais paga e correger a madeira ou a lenha que asy cortarem com dobro ao dicto moesteiro*¹⁰¹ e cinco anos volvidos estão novamente a queixar-se às autoridades municipais para que ponham cobro ao mesmo tipo de abusos. Em 1364 surgem novas queixas, desta feita é um cónego do mosteiro, Martim Domingues, em representação da instituição, que, perante o alvazil de Coimbra, acusa dois moradores da aldeia de Castelo Viegas de não quererem *dar serviço ao moesteiro*, que consistia em lavar e adubar as vinhas¹⁰². De resto estas acusações de incumprimento por parte dos caseiros são uma constante, sobretudo em relação aos de Castelo Viegas *que eram sagentos e caseiros do dicto moesteiro* e tinham a obrigação de adubar as muitas vinhas que o *moesteiro avya na dicta cidade e seu termho*¹⁰³.

2.9. D. Fernando

Do reinado de D. Fernando possuímos poucas informações e essas acabam por ser, à semelhança do seu governo, também reveladoras de alguma perturbação que o mosteiro enfrentou por esta altura, fruto da própria situação político-militar

¹⁰¹ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 9.

¹⁰² IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 20. Este documento encontra-se transcrito por Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. II, IN-CM, p. 780-781 (doc. 35).

¹⁰³ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 32. Trata-se de uma queixa apresentada perante o juiz de Coimbra a 27 de Fevereiro de 1369, pelo próprio prior do mosteiro, Afonso Gonçalves, contra Afonso Anes morador em Castelo Viegas. O prior pedia ao juiz que o *constrangesse pera andar com el ao serviço do dicto moesteiro pera seu jornal*. O caseiro admitia, inclusivamente, que *verdade era que en o tenpo que el era pobre e nom avya de seu algo que andara com o dicto priol a serviço da dicta Orrdem mais que ora depois desto cobrara beens de raçam per morte de seu padre e que outrossy comprara depois humo casal per cento quareenta libras e [avya bois e vacas e gaados seus] e por isso achava que não tinha de prestar serviço ao moesteiro* (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 32). Situação idêntica a esta iria ocorrer a 7 de Dezembro de 1395, já durante o priorado de D. Gomes, dia em que Raimundo Anes, cónego do mosteiro de S. Jorge e seu procurador, vai comparecer perante o juiz de Coimbra, acusando Martim Domingues e Vasco Martins, dois moradores de Castelo Viegas, de não cumprirem as suas obrigações para com o mosteiro (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 10, n. 12).

de grande turbulência vivida no país. A 14 de Abril de 1373 o prior, D. Afonso Gonçalves ¹⁰⁴, e os cónegos de S. Jorge estão hospedados dentro da cidade, na casa de Martim Lourenço, deão da Sé de Coimbra *por que nom ousavam d'estar no dicto moesteiro com receo del rey Dom Anrrique e sas companhas que deziam que per aqui avyam de vyr* ¹⁰⁵. O mosteiro, dada a sua localização, estava facilmente exposto a ataques inimigos. Por isso e perante o perigo real que constituíam as tropas castelhanas não é de estranhar que os religiosos tenham sido obrigados, à semelhança de outras comunidades conimbricenses, a abandonar o mosteiro, para se refugiarem dentro do perímetro amuralhado da cidade ¹⁰⁶. De resto não será desajustado admitir que em 1385 tenha ocorrido uma situação semelhante, com a provável ocupação do mosteiro pelas tropas castelhanas ¹⁰⁷. É que segundo o cronista Fernão Lopes, o rei D. João de Castela, *veio até Coimbra e da parte aque do rio, em direito de São Jorge, se apousemtarão todas suas cõpanhas, as quais erão tamtas*

¹⁰⁴ A documentação de S. Jorge confirma-o como prior do mosteiro entre 1363 (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 12) e 1377 (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 10, n. 3), datas que já tinham sido avançadas por Frei Timóteo dos Mártires, *Crônica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 82. Este prior foi também reitor da Universidade, aparecendo referenciado como tal num documento de 7 de Agosto de 1368 (cf. *Livro Verde da Universidade de Coimbra-Transcrição*, Apresentação de Manuel Augusto Rodrigues e transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p. 59). De resto essa ligação explica o facto de se guardar, no cartório do mosteiro, um documento referente à Universidade, datado de 1366, que por sua vez contém um traslado de uma carta de D. Afonso IV, datada de 6 de Junho de 1327, a ordenar às justiças do reino que guardem e façam cumprir *as sentenças que foram e forem dadas per os conservadores do meu estudo de Coimbra*. Nas costas do pergaminho encontra-se uma outra carta, datada de 12 de Junho de 1368, em que João Anes procurador do mosteiro de S. Jorge pede aos juizes de Portalegre traslado de cartas relacionadas com a Universidade (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 26). A carta de D. Afonso IV atrás referenciada encontra-se publicada no *Livro Verde da Universidade de Coimbra...*, 1992, pp. 40-41.

¹⁰⁵ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 39. Este abandono do mosteiro é também referenciado no artigo “O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra”, in *O Instituto*, vol. I, Coimbra, 1853, pp. 115-116. É certo que o acordo de paz tinha sido assinado a 24 de Março, em Santarém (cf. Armindo de Sousa, “Realizações”, in *História de Portugal*, vol. II (A Monarquia Feudal), dir. de José Mattoso, Editorial Estampa, 1993, p. 492), no entanto é natural que nesta altura se vivesse um período de alguma conturbação, receando-se mesmo um eventual ataque.

¹⁰⁶ Tal situação ocorrerá também com as freiras de Lorvão em 1382. As próprias freiras de Santa Clara trocariam, no biénio de 1384-1385, o claustro pelos paços do rei, onde se sentiam mais seguras (cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, IN-CM, p. 32).

¹⁰⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra em tempos medievais (séculos XIV-XV)”, in *A História tal qual se faz*, coord. de José d'Encarnação, Lisboa, Edições Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 67.

que erão espanto de olhar ¹⁰⁸. De facto as guerras luso-castelhanas registadas quer no reinado de D. Fernando quer após a sua morte, revelaram-se extremamente nefastas para os mosteiros da região mondegua. Perante a ameaça castelhana os mosteiros, além de se verem desprovidos das suas comunidades, eram frequentemente roubados e danificados como aconteceu com o mosteiro de Seiça em 1385 ¹⁰⁹.

Justamente por causa da guerra, o rei ordenava, em 1373, que todos os moradores das terras dos mosteiros de Coimbra e arredores, num perímetro de doze léguas, onde não houvesse fortalezas, trabalhassem nas obras de defesa da cidade ¹¹⁰. Mas se a agitação político-militar trazia o país em sobressalto também os cónegos de S. Jorge continuavam a viver alguma agitação em termos governativos, uma vez que em 1378, se vive uma situação já presenciada no reinado anterior: a apresentação de um cónego externo ao mosteiro para assumir o seu priorado. A 14 de Janeiro desse ano o rei apresenta Gomes Domingues, cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora, para prior do mosteiro de S. Jorge ¹¹¹, funções que este cónego exerceria até 1404 ¹¹².

2.10. D. João I

Com a chegada da 2ª dinastia as relações entre o mosteiro de S. Jorge de Coimbra e o poder régio parecem intensificar-se, sobretudo durante o reinado de D. João I, e os governos dos seus filhos, D. Duarte e D. Pedro. A essa aproximação não é alheio o facto de D. João I ser um fervoroso devoto de S. Jorge ¹¹³, devoção essa que foi aumentando à medida que as vitórias militares iam sorrindo, primeiro às hostes joaninas e depois ao exército português ¹¹⁴, acabando mesmo por se tornar no patrono das armas lusitanas ¹¹⁵. Em consequência desta fervorosidade religiosa o monarca, a 9 de Novembro de 1385, toma o mosteiro sob a sua guarda

¹⁰⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, Livraria Civilização-Editora, vol. II, 1990, p. 63 (cap. XXVIII).

¹⁰⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, IN-CM, p. 32.

¹¹⁰ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p. 365.

¹¹¹ A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, p. 432.

¹¹² O último documento em que ele surge referenciado no cargo está datado de 26 de Abril de 1404 (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 3). Já quanto ao início do seu priorado, e apesar de ter sido apresentado no início de 1378, o primeiro documento que o confirma como prior de S. Jorge é de 12 de Outubro de 1380 (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 10, n. 4). Também Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 82, o indica como prior nesse ano.

¹¹³ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p. 366.

¹¹⁴ Veja-se A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 432-433.

¹¹⁵ A. H. de Oliveira Marques, “A arte da Guerra”, in *Nova História de Portugal*, vol. IV (Portugal na crise dos séculos XIV e XV), dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1987, p. 356.

e encomenda e concede-lhe isenção perpétua e absoluta, não revogável pelos seus sucessores, de todos os serviços e encargos régios e concelhios aos religiosos do mosteiro, familiares, domésticos, lavradores, mancebos, mancebas e sergentes ¹¹⁶. O problema é que os caseiros do mosteiro utilizaram abusivamente esses privilégios, ao ponto de os homens bons e o concelho de Coimbra se queixarem que *os caseiros e lavradores do dito mosteiro têm e lavram bens seus e de outras algumas igrejas e mosteiros e pessoas e que dizem e que alegam que de todos os bens que assim lavram e têm devem ser escusados pelo dito privilégio no que dizem que o dito concelho recebe grande agravamento e perda e dano* ¹¹⁷. Perante estas queixas o rei manda, a 7 de Agosto de 1390, *que os ditos caseiros e lavradores não sejam escusados pelo dito privilégio de pagar nos ditos encargos salvo dos bens próprios que tiverem e lavrarem do dito mosteiro de São Jorge* ¹¹⁸. As queixas do concelho de Coimbra em relação às isenções dos inúmeros mosteiros quer da cidade quer da periferia eram constantes e são reavivadas em 1409, altura em que era necessário fazer obras urgentes em algumas pontes, fontes e calçadas, mas nas quais os caseiros e lavradores dos senhorios da região se recusavam a servir e a pagar ¹¹⁹. Entre eles estavam naturalmente os de São Jorge que voltam a ser visados em 1412, queixando-se o prior ao rei de que os juízes de Coimbra obrigavam os caseiros do mosteiro que viviam em Castelo Viegas a servir nas calçadas e obras de Coimbra, nas valas de Anobra e nas fortificações da vila de Penela ¹²⁰. Em carta régia de 4 de Junho desse ano, D. João reconhece a isenção dos caseiros do mosteiro e manda que se cumpram as suas cartas e privilégios, ordenando, no entanto, que todos aqueles que vivam no termo de Penela participem na construção da muralha *porque he cousa que fazem pera defensom de ssy mesmos* ¹²¹. Apesar dos privilégios existiram situações excepcionais em que o rei entendia que, sem desrespeito pelas isenções de que gozavam algumas instituições eclesásticas conimbricenses, todos deveriam contribuir com trabalho e dinheiro, como sucedeu em 1385, tempo de guerra, em que era obrigatório fazer vigilância e pagar “para fintas, talhas e pedidos, e reparação e defesa da cidade...” ¹²². Mas também em tempo de paz as isenções perdiam a sua força quando era do entendimento do monarca que não fossem *escusados das obras das pontes e fontes e calçadas que se houverem de fazer porque são obras piedosas e de que todos se aproveitam* ¹²³.

¹¹⁶ A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 433 e 478-479 (doc. X).

¹¹⁷ *Livro 2º da Correia (Cartas, provisões e alvarás régios registados na Câmara de Coimbra), 1273-1754*. Organização, leitura e notas de José Branquinho de Carvalho, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1958, doc. XIV, pp. 19-20.

¹¹⁸ *Livro 2º da Correia...*, doc. XIV, p. 20.

¹¹⁹ *Livro 2º da Correia...*, doc. XIX, pp. 27-28.

¹²⁰ A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 434, 481-482.

¹²¹ A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 481-482 (doc. XIII).

¹²² Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p. 365.

¹²³ *Livro 2º da Correia...*, doc. XIX, pp. 27-28; Fortunato de Almeida, *História da*

A 11 de Dezembro de 1396, depois do prior de S. Jorge ter mostrado a D. João cartas dos seus antecessores, em que se comprovava que a mata do mosteiro era coutada, o monarca confirma esse couto e alarga-lhe as suas possessões nas cercanias do convento, ordenando que ninguém aí corte madeira, apascente gados ou derrube os tapigos ¹²⁴. D. João devotou grande protecção ao mosteiro conimbricense, nunca olvidando os privilégios outorgados em 1385 como o provam as isenções concedidas a S. Jorge, através de provisões régias de 20 de Dezembro de 1399 e 16 de Abril de 1401 ¹²⁵, desobrigando o mosteiro do pagamento das dízimas e pedidos lançados nas Cortes de Lisboa de 1389 e 1399 e nas de Guimarães de 1401 ¹²⁶, pedidos esses que se revestiam normalmente de grande urgência, como no caso das de Lisboa, que eram para fazer face às despesas da guerra com Castela ¹²⁷.

Se é certo que o mosteiro encontrou verdadeiro patrono no iniciador da dinastia de Avis, não deixa de ser menos verdade que durante todo esse reinado o mosteiro viveu grande estabilidade governativa. Exceptuando o período mal documentado entre 1404 e 1412, que medeia entre o falecimento de D. Gomes e a assunção do priorado de S. Jorge por D. Álvaro Gonçalves, que esteve à frente dos destinos do mosteiro pelo menos desde Fevereiro de 1412 ¹²⁸ até 1423 ¹²⁹ ou 1424, altura em que foi substituído por Frei João Verba ¹³⁰, podemos considerar que houve alguma estabilidade governativa.

Igreja em Portugal, vol. I, 1967, p. 366. Curiosamente, já no século XIV, o bispo D. Jorge (1338-1357) ordenava a todas as instituições eclesiásticas de Coimbra que contribuíssem generosamente para as obras do concelho (cf. A. Brito Cardoso, *Catálogo dos Bispos da Diocese de Coimbra*, Separata do “Boletim da Diocese de Coimbra”, Coimbra, 1985, p. 7).

¹²⁴ A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 433-434 e 479-480 (doc. XI); *História Florestal, Aquícola e Cinagética...*, vol. I, 1980, doc. 254, pp. 61-62.

¹²⁵ João Pedro Ribeiro, “Memorias sobre as fontes do Codigo Philippino (Parte I, Fontes Internas, Secção I Cortes, Dissertação preliminar sobre as Cortes em geral)”, in *Memorias da Litteratura Portuguesa*, tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, pp. 68-69; António Cruz, “Anotações e emendas de João Pedro Ribeiro à margem das suas obras”, in *Ethnos*, vol. I, 1935, pp. 82-83, 87.

¹²⁶ A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 480-481 (doc. XII).

¹²⁷ A. H. Oliveira Marques, “Lisboa, Cortes de 1389 e 1399”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, dir. de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 9-10.

¹²⁸ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 6.

¹²⁹ A 20 de Março de 1423 aparece designado Rodrigo Anes como prior de S. Jorge (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 16), mas é provável que se trate apenas do prior crasteiro, que assumia o governo da instituição na ausência do prior mor ou aquando da transição entre a morte de um prior e a eleição ou nomeação de um novo. Não sabemos que situação se verificava na altura, mas é de admitir que Frei Álvaro Gonçalves se encontrasse impedido de exercer o seu cargo devido a doença ou que já tivesse falecido.

¹³⁰ “Em 1423, Fr. João Verba, da Ordem dos Pregadores, licenciado em Teologia, foi apresentado pelo papa para prior do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, iniciando as suas funções

2.11. D. Duarte

O zelo pela manutenção e o reforço do património, privilégios e honras dos senhores laicos e eclesiásticos é uma das preocupações constantemente presentes no governo eduardino ¹³¹, por isso não é de admirar que D. Duarte tenha prosseguido a política de beneficiação do mosteiro de S. Jorge, da qual o seu pai tinha sido um dos principais protagonistas. Nesse sentido, a 4 de Dezembro de 1434, aparece a tomar o mosteiro sob a sua guarda e encomenda e confirma o privilégio que D. João I tinha concedido ao mosteiro em 1385, esclarecendo alguns dos pontos desse privilégio ¹³². De resto algumas dessas dúvidas tinham sido suscitadas pelas autoridades de Coimbra quanto à abrangência dos privilégios relacionados com isenções de serventia que D. Duarte tinha concedido aos mosteiros de S. Jorge e Semide, como se pode verificar por uma carta do infante D. Pedro, datada de 18 de Março de 1434 ¹³³. Ainda em Dezembro do mesmo ano o monarca concede ao mosteiro o privilégio das suas terras não serem dadas de sesmaria e que aquelas que o tivessem sido voltassem à posse do mosteiro após uma indemnização aos

mal falecesse D. Fr. Álvaro Gonçalves, prior então em exercício” (cf. Saul António Gomes, “As ordens mendicantes na Coimbra Medieval: notas e documentos”, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, Tomo X, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa-Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 162). Segundo Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, Segunda Parte, Livro VIII, Cap. XIV, p. 153, Fr. João Verba pagou a 30 de Março de 1425 sessenta florins de ouro ao papa, Martinho V, correspondentes aos frutos do mosteiro de S. Jorge do seu primeiro ano de priorado, pelo que poderemos então reportar o início do seu governo a 1324, no entanto o primeiro documento de S. Jorge que o confirma no cargo é de 17 de Fevereiro de 1426, altura em que o convento e o prior crasteiro, Lançarote Gonçallviz por sy e em nome de frey Joham Verba priol do dicto moesteiro come seu procurador, emprazou um casal em Fiscal, termo da Lousã (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 17; A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, p. 438). A ausência de Frei João Verba é justificada pelo facto de se encontrar a acompanhar o infante D. Pedro na sua viagem pela Europa, ausentando-se do mosteiro entre 1425 e 1428 (cf. Saul António Gomes, “O tratado da Virtuosa Benfeitoria: simbolismo e realidade”, *Separata das Jornadas de História Medieval (1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV-XV)*, p. 269), aparecendo por isso substituído pelo prior crasteiro, Lançarote Gonçalves. Curiosamente este cónego que já se encontra documentado em S. Jorge em 1415 (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 7) e 1422 (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 15), é, incorrectamente, considerado por Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 83, como o primeiro prior mor comendatário do mosteiro, instituído por meados de 1420.

¹³¹ João Silva de Sousa, *D. Duarte - Infante e Rei - e as casas senhoriais*, Edição da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1991, pp. 4, 7 e 8.

¹³² A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 435 e 485-486; *Chancelarias portuguesas – D. Duarte*, vol. 1, Tomo I (1433-1435), 1998, pp. 365-367.

¹³³ Belisário Pimenta, *As cartas do infante D. Pedro à câmara de Coimbra (1429-1448)*, 1958, pp. 19-20.

sesmeiros ou àqueles que tivessem feito benfeitorias e melhorias nessas propriedades ¹³⁴.

A 30 de Novembro de 1436 ¹³⁵ D. Duarte intervém a favor dos caseiros do mosteiro de S. Jorge, a quem as autoridades concelhias constrangiam no pagamento da jugada. Através deste mesmo alvará o rei isenta o mosteiro e aqueles que estavam na sua dependência do pagamento dos pedidos que foram lançados para o seu casamento e o da sua irmã ¹³⁶.

¹³⁴ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 12, n. 23. Esta carta de D. Duarte, que é um traslado do original, encontra-se referenciada e transcrita por A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 435, 487. O traslado foi feito em Coimbra, a 9 de Abril de 1450, pelo tabelião Lopo Gil, perante Fernão Brandão, juiz da cidade de Coimbra, a solicitação do escudeiro João Gonçalves, procurador do mosteiro, que *em seu nome disse que ao dicto mosteiro eram muyto necesarios huum e mais stromentos em pubrica forma sob sinall de mym tabeliam por que se entendia d'ajudar delles e enviar outras partes e se teemia perderemssse as dictas scripturas per fogo ou per agua ou per outro alguum rajom ou caso fortuyto (...)*. Além da carta de D. Duarte foi também trasladada uma carta de D. Afonso V, datada de 15 de Dezembro de 1449, em que o rei confirma ao mosteiro todas as graças, privilégios, liberdades e mercês, que lhe foram dadas pelos seus antecessores.

¹³⁵ AHMC – Documentos Avulsos em papel, n. 108, pp. 81-82 (cf. Apêndice Documental, doc. 9).

¹³⁶ Os pedidos para o casamento de D. Duarte foram aprovados nas Cortes de 1427 e os referentes ao casamento de D. Isabel nas Cortes de 1430 (cf. Iria Gonçalves, *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, 1964, pp. 207-208; Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1395-1490)*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 342, 344). Curiosamente esta carta é de 1436, altura em que, quer D. Duarte quer D. Isabel já haviam casado há algum tempo, pelo que o documento, que é um traslado, nos deixa forçosamente algumas inquietações. O casamento do primogénito de D. João I, ocorreu em Coimbra, a 22 de Setembro de 1428 (cf. Manuel de Sousa, *Reis e Rainhas de Portugal*, Sporpress, 2000, p. 72; Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1998, p. 117). Quanto a D. Isabel, a escritura de contrato de casamento é datada de 24 de Julho de 1429 (cf. *Princesas de Portugal: contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI*, Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento, Edições Cosmos, 1992, pp. 37-58), ano em que efectivou o casamento com Filipe-o-Bom de Borgonha (cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Tomo I, Livro III, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora, 1947, pp. 162-178; Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, p. 118). Como se justifica que passados oito anos ainda não se tivesse efectuado a cobrança de tais pedidos? Morosidade da máquina fiscal? Será o documento falho de verdade? Parece-nos pouco provável porque todos os elementos de crítica interna apontam para a sua veracidade. Senão vejamos apenas estes dois exemplos: O documento foi feito em Lisboa a 30 de Novembro de 1436 e

2.12. D. Pedro

Ainda relacionado com o problema da serventia é uma outra carta, datada de 14 de Maio de 1439, altura em que o primogénito de D. João I já tinha falecido, declarando o infante que os caseiros dos mosteiros de S. Jorge e Semide apesar de estarem isentos de servirem nas pontes, fontes, caminhos e calçadas, o primeiro pela devoção que D. João I e ele próprio *em elle aveemos* e o segundo por ser um mosteiro pobre, devem ajudar na reparação do caminho que vai da ponte de Coimbra até à ponte de Ceira, porque é utilizado por eles ¹³⁷. Apesar de D. Pedro ter tido problemas com a generalidade dos senhores eclesiásticos de Coimbra ¹³⁸, mormente Santa Cruz de Coimbra ¹³⁹, o seu relacionamento com S. Jorge parece

entre 24 de Novembro e 1 de Dezembro a chancelaria régia emite documentação a partir de Lisboa (cf. *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*, vol. 1, Tomo II, docs. 1110 e 1132, pp. 335-337, 350); no documento em causa João de Ornelas é identificado como contador de Santarém, o que é confirmado por outros documentos régios, aparecendo referenciado nesse cargo em Setembro de 1436 e inícios de 1437, sendo que a 10 de Outubro de 1437 já é contador no almoxarifado de Santarém e Abrantes, Lourenço Anes (cf. *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*, vol. 1, Tomo I, doc. 589, p. 342; Tomo II, docs. 827, 848, pp. 108-109, 154-155).

¹³⁷ Belisário Pimenta, *As cartas do infante D. Pedro à câmara de Coimbra (1429-1448)*, 1958, pp. 38-39; A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, p. 435; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p. 366; Maria Helena da Cruz Coelho, “O infante D. Pedro, Duque de Coimbra”, in *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras, vol. LXIX, (Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro), Coimbra, 1993, p. 36; Francisco Pato de Macedo, “O infante D. Pedro-Patrono e Mecenaz”, in *Biblos*, vol. LXIX, Coimbra, 1993, p. 483; Humberto Carlos Baquero Moreno, “O infante D. Pedro e o ducado de Coimbra”, in *O infante D. Pedro, duque de Coimbra. Itinerários e ensaios históricos*, Porto, Universidade Portucalense, 1997, p. 39. De resto esta decisão ia de encontro áquilo que tinha sido acordado nas Cortes de Évora de 1436, onde se determinou que os clérigos, à semelhança dos leigos, deveriam contribuir para as obras públicas de utilidade comum, onde se incluíam naturalmente calçadas, fontes, pontes, chafarizes e caminhos (cf. Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1395-1490)*, vol. II, Porto, 1990, p. 321; *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título VI, 2ª ed. (Edição “fac-simile” da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 1792), nota de apresentação de Mário Júlio Almeida Costa e nota textual de Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 134).

¹³⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, “O infante D. Pedro, Duque de Coimbra”, in *Biblos*, vol. LXIX, pp. 23-26. Esses problemas são originados pelos constantes abusos cometidos pelos seus oficiais na “demarcação e definição das suas terras, direitos e jurisdições”, na cobrança dos impostos ou na tentativa do próprio infante D. Pedro se fazer valer do seu poder para tentar forçar os mosteiros a escambar terras mais férteis por outras menos produtivas.

¹³⁹ Armando Martins, “A recuperação de direitos e bens do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no tempo do prior D. Gonçalo (1415-1437) e quando o infante D. Pedro era duque de Coimbra (1415-1449)”, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média (Livro de homenagem ao*

ter sido bastante cordial. Naturalmente que às boas relações entre o mosteiro e o duque de Coimbra não é alheio o facto de Frei João Verba, confessor do infante e grande responsável pela elaboração do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*¹⁴⁰, ser prior do mosteiro de S. Jorge de Coimbra entre 1425 e 1435¹⁴¹.

A 10 de Abril de 1435 é feito um escambo, entre o infante D. Pedro e o mosteiro, de casas localizadas em Penela, ficando S. Jorge com casas situadas na freguesia de S. Miguel, cedendo ao duque umas casas localizadas dentro da vila e que confinavam com outros prédios urbanos que D. Pedro aí possuía¹⁴². Este é o último acto em que Frei João Verba intervém como prior de S. Jorge, ocupando já tais funções a 22 de Novembro de 1435 D. Luís¹⁴³, mas o bom relacionamento quer com o rei, quer com o próprio duque de Coimbra e os seus auxiliares e serviçais¹⁴⁴ mantém-se.

Após a morte de D. Duarte e o aparecimento de D. Pedro à cabeça do país, como regente, continua a ser detectável uma grande proximidade entre o mosteiro de S. Jorge e o poder régio, agora corporizado no duque de Coimbra. A 5 de

Professor Humberto Carlos Baquero Moreno) vol. I, coord. de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos, Porto, FLUP-Livraria Civilização, p. 267.

¹⁴⁰ A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 463-465. Em carta do infante D. Pedro, feita em Penela, a 7 de Janeiro de 1434, e endereçada ao rei, confirma-se a forte ligação cultural entre Frei João Verba e a família régia como se depreende dos seguintes excertos: “O portador da presente leva a vossa merce o livro que mandastes tornar em esta lyngoagem do prior de Sam Jorge”; “senhor este livro que vos envia o prior de Sam Jorge...” [cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática, transcrição de João José Alves Dias; introdução e revisão de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias; revisão de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, pp. 87-89].

¹⁴¹ A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, p. 438. Também Frei Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p. 83, refere Frei João Verba como “Prior môr Comendatário de são Jorge em tempo delRei Dom João 1º pellos Annos do Senhor de 1429”.

¹⁴² IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 28; Maria Helena da Cruz Coelho, “O infante D. Pedro, Duque de Coimbra”, in *Biblos*, vol. LXIX, p. 25. Este documento encontra-se transcrito por A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 487-488.

¹⁴³ IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 30. Este prior aparece referenciado pela última vez, na documentação do mosteiro, a 24 de Abril de 1442 (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 12, n. 4), no entanto é muito provável que o seu priorado só tenha terminado em finais de 1443.

¹⁴⁴ Aqui ficam alguns exemplos dessa ligação que a documentação de S. Jorge sustenta: Johanne Anes cuyteleiro do Senhor ifante dom Pedro trazia uma vinha e mata do mosteiro (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 32); S. Jorge aforou a Gil Esteves, criado do Infante D. Pedro, bens em Coimbra (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 11, n. 36); João Gonçalves, cavaleiro da casa do Senhor Infante D. Pedro fez uma doação ao mosteiro (cf. A IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 12, n. 1); João Gonçalves, escudeiro de D. Pedro, escrivão das suas terras e morador em Coimbra, era procurador do mosteiro (cf. IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 12, n. 19).

Fevereiro de 1444, D. Pedro coloca sob a sua protecção o prior D. João Pereira e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra ¹⁴⁵.

É aí que, em inícios de Maio de 1445, o seu filho D. Pedro, vai ser armado cavaleiro, num acto apadrinhado pelo conde D. Henrique ¹⁴⁶, que veio propositadamente de Lagos para o efeito ¹⁴⁷. D. Pedro confirma ao mosteiro, no dia 21 de Maio de 1446, todos os privilégios, liberdades e mercês que lhe tinham sido dadas, outorgadas e confirmadas por todos os reis anteriores ¹⁴⁸. Também de 1446, mas de Julho, é um alvará que é enviado pelos juízes, vereadores e procurador da cidade de Coimbra aos jurados e vintaneiros de Façalamim para que estes não obriguem os caseiros e os lavradores do mosteiro de S. Jorge, aí residentes, a virem à feira ¹⁴⁹. Este alvará só foi emitido porque o prior de S. Jorge apresentou uma carta do “senhor regente” em que mandava guardar todos os privilégios e liberdades do mosteiro.

Estranhamente, e isto a fazermos fé nas palavras de Rui de Pina, D. Pedro, antes de partir de Coimbra para Alfarrobeira, foi à Sé, a Santa Cruz e a Santa Clara, instituições pelas quais, segundo o cronista, o regente tinha singular devoção ¹⁵⁰, não havendo qualquer alusão a S. Jorge!

¹⁴⁵ Humberto Carlos Baquero Moreno, “O infante D. Pedro e o ducado de Coimbra”, in *O infante D. Pedro, duque de Coimbra. Itinerários e ensaios históricos*, Porto, Universidade Portucalense, 1997, pp. 43, 50-51 (doc. IV). Este documento, além de estar transcrito no estudo que acabámos de citar, encontra-se também referenciado nos sumários que integram a *Bibliografia (1961-2001)*. Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, Trabalho do Instituto de Documentação Histórica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, coordenação de Luís Carlos Amaral, Centro Leonardo Coimbra da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 59.

¹⁴⁶ Humberto Carlos Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, vol. I (Antecedentes e significado histórico), Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade por ordem da Universidade de Coimbra, 1979, p. 228; Maria Helena da Cruz Coelho, “O infante D. Pedro, Duque de Coimbra”, in *Biblos*, vol. LXIX, p. 56.

¹⁴⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, “A cidade de Coimbra sob ameaça do interdito”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 22 (O Estado e a Igreja, Homenagem a José Antunes), Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, p. 55.

¹⁴⁸ Veja-se A. J. Dias Dinis, *Quem era Fr. João Verba...*, pp. 488-489.

¹⁴⁹ Documento reproduzido pelo P. Avelino de Jesus da Costa, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, vol. I, 5ª ed., Estampas, Coimbra, 1990, doc.115. Este documento encontra-se transcrito por Maria Helena da Cruz Coelho, “A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas”, in *Ócio e negócio em tempos medievais*, Coimbra, Inatel, 1998, pp. 42-43.

3. Retrospectivando

Depois de devastarmos reinados lado a lado com o mosteiro de S. Jorge, é altura de reflectirmos sobre a jornada. S. Jorge de Coimbra é de fundação anterior a 1116, tendo posteriormente adoptado a “Regra” dos Cónegos de Santo Agostinho. A instituição logrou grande crescimento, expansão conseguida graças às benesses de particulares e à protecção que lhe dedicaram quase todos os reis das duas primeiras dinastias. E se é certo que os nossos monarcas medievais, sendo padroeiros desta instituição conimbricense, não a contemplaram desmedidamente em termos materiais, pelo menos agraciaram-na e elegeram-na espiritualmente como uma das suas predilectas, sobretudo D. João I, D. Duarte e o regente D. Pedro.

Chegada a hora de uma palavra final, de um suspiro sintético, à imagem dos nossos laboriosos copistas medievais, e sem teatralidades, apraz-nos dizer que as relações entre S. Jorge de Coimbra e o poder régio ao longo da Idade Média foram de profícua coexistência.

¹⁵⁰ “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, in *Crónicas de Rui de Pina – Tesouros da Literatura e da História*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, cap. CXVII, p. 739.

APÊNDICE DOCUMENTAL ¹⁵¹

Doc. 1

1265 SETEMBRO 29, Lisboa – *D. Afonso III informa o alcaide e juízes de Portalegre que deu o padroado da igreja de Santa Maria Madalena ao Mosteiro de São Jorge de Coimbra.*

A) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 10.

Pub.: A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro”, in *Itinerarium*, Ano II, nº 10 e 11, 1956, pp. 474-475.

Don Afonso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos alcaide e juizes de Portalegre saude. Sabede que eu dey a igreja de Santa Maria Madanela dessa vossa vila quando naceu mha fila dona Branca ao prior e convento do meu moesteyro de San Jurge de Coynbra e ora a mi disseram que Dom Duram que foy prior dessa igreja est morto unde vos eu mando que viuda esta carta entreguedes esta igreja de Santa Maria Madanela com todalas cousas e com todalas perteenças dessa igreja ao prior e convento do meu moesteyro de San Jurge de Coinbra a que eu dey o padroa-digo dessa igreja ou a seu mandado(?). Unde al non façades e mando ao prior e o convento de Ssan Jurge que tenha esta mha carta in testemunhio. Dada in Coinbra XXVIII dias de Setembro el rey o mandou Pedro Perez a fez. E^a. M^a. CCC^a. III^a.

¹⁵¹ Este Apêndice Documental é composto apenas por alguns documentos de carácter régio referentes ao mosteiro de S. Jorge de Coimbra. Sendo o ideal a compilação de toda a documentação, é-o, neste caso, irrealizável por uma questão de espaço. Além disso muita da documentação régia medieval respeitante a S. Jorge de Coimbra encontra-se publicada por A. J. Dias Dinis. Os critérios que presidiram à selecção documental foram: em primeiro lugar a publicação de inéditos; em segundo lugar a publicação de documentos que não tinham sido publicados integralmente e em terceiro lugar os documentos que já tendo sido publicados foram, por nós, considerados essenciais para uma melhor consubstanciação e compreensão da temática.

Para a transcrição da documentação, seguimos, na generalidade, as normas estabelecidas pelo Padre Avelino Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3^a ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra-Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

Doc. 2

1309 AGOSTO 5, Lisboa – *D. Dinis, em reconhecimento do serviço que o mosteiro de S. Jorge e os seus caseiros lhe fizeram para o casamento do infante D. Afonso, ordena que, doravante, fiquem isentos de pagar o foro lançado para os casamentos da família real.*

A) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 14.

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta viiren faço saber que o prior e convento do moesteyro de San Jorge teve por bem que os seus homeens que moran nos seus erdamentos mi fezesen serviço per o casamento do inffant don Affonso meu filho primeyro herdeyro de seu boon grado e de sa livre voontade e eu por esto soou teudo de lhis fazer mercee por ende mando e outorgo firmemente que eu nen aqueles que depos mi veeren nunca sejam teudos a demandarinho por foro nen por costume e se lho demandaren nunca seja valioso en testemuynho desto deilhi esta mha carta. Data en Lixbõa cinco dias d'Agosto el rey o mandou Martin Anes a fez. Era de mil trezentos e quareenta e sete anos.

Doc. 3

1309¹ OUTUBRO 20, Coimbra – *D. Dinis ordena aos alcaides de todos os lugares onde o seu mosteiro de S. Jorge de Coimbra tem bens, nomeadamente aos de Coimbra e Santarém para que tomem precauções no sentido de proteger todos os bens e pessoas na dependência do mosteiro.*

A) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 16. Selo régio pendente de cordão e lacre vermelho.

B) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 19. Cópia tirada do original por Martim Afonso, tabelião de Coimbra, a 7 de Novembro de 1363.

C) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 12. Cópia do documento em papel, rasgado na margem e amputado, onde se atribui, incorrectamente, ao original, a data de 20 de Outubro de 1279.

¹ No IAN/TT o documento aparece referenciado como sendo de 1279, erro de leitura explicável pelo facto do X aspado ser pouco acentuado e praticamente igual ao primeiro X, portanto pouco perceptível, e por isso facilmente indutor em erro. De resto esta incorrecção é reforçada pelo facto de existir uma transcrição deste documento (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 12), onde se encontra escrito por extenso: Era de mil trezentos e dezasete. Mas se dúvidas houvessem em relação à datação deste documento elas seriam desfeitas por um traslado, datado de 1363, onde aparece, inequivocamente, Era de mill e trezentos e quareenta e ssete anos (IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 19).

Pub.: A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro”, in *Itinerarium*, Ano II, nº 10 e 11, 1956, p. 477.

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos alcaides de Coimbra e de Santarem e a todos os outros alcaides das outras villas de meu reyno en que o moesteyro de San George ha herdamentos ou possissoes ou outras cousas que esta mha carta virem saude sabede que a mi disserom que homees de Coimbra e de Santarem e doutras vilas de seus termos fazem muyto mal e muyta força en o moesteyro de San George e en a sa mata e en seus herdamentos e en sas cousas e a seus homees e vos bem sabedes que o moesteyro de San George e o de Santa Cruz son meus unde vos mando que vos non sofrades que neguen faça mal nen força nen torto e[n] [o] moesteyro de San George nen en sa mata nen en seus herdamentos nen a seus homees nen en sas cousas se non creede que eu me tornaria por ende a vos e teria ca per vos era e vos sabede que eu dey mha carta de meu encouto a esse moesteyro e mandovos que aqueles que vos souberdes que a esse moesteyro ou en sa mata ou en seus herdamentos ou en sas cousas ou a seus homees mal ou força ou torto fezerom ou fezerem daqui a deante que vos levedes deles o meu encouto pera mi assy como e conteudo en a mha carta unde al non façades e se non vos mho dariades de vossas casas e por veer como fazedes meu mandado mando que o priol e o convento desse moesteyro tenham ende esta carta en testemoyo. Dada en Coimbra XX dias d’Octubro el rey o mandou Affonso Martiinz a fez, E^a. M^a CCC.^a XL^a VII.

Doc. 4

1336 OUTUBRO 3, Lisboa – D. Afonso IV coloca sob a sua protecção o mosteiro de São Jorge de Coimbra.

A) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 17. Selo régio pendente de cordão e lacre vermelho.

B) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 8, n. 29. Cópia em pública-forma feita pelo tabelião de Coimbra, João Lourenço, a 27 de Novembro de 1336.

Pub.: A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro”, in *Itinerarium*, Ano II, nº 10 e 11, 1956, pp. 477-478.

Don Affonso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço saber que eu recebo en mha guarda e en mha encomenda e so meu deffendimento Dom Gonçalo priol e o convento do meu moesteyro de Sam Jorge da par de Coinbra e seus homeens e seus gaados e seus erdamentos e posisoes e totalas outras sas cousas poren mando e deffendo que non seja nenhuum tam ousado que faça mal nen força aos dictos priol e convento nen a seus homeens nen a seus gaados nen en seus erdamentos e posisões nen en nenhũa das outras sas cousas e a qualquer endal fazer peytar mha os meus encoutos de sex mill soldos e corregam deles o mal e a força en dobro que a ellos ou a cada hũa das sas cousas fezer en testemunho desto lhi dey

esta mha carta. Data en Lixboa tres dias d'Outubro el rey o mandou per Vaasco Gonçalvez seu clérigo veedor da sa chancelaria Gonçalo Martinz a fez, Era de mill e trezentos e sateenta e quatro anos.

(Ass.) Vaasco Gonçalvez

Doc. 5

1336 OUTUBRO 10, Lisboa – *D. Afonso IV ordena ao alcaide e alvazis de Coimbra e a todas as justiças do reino que zelem pelo bom cumprimento das obrigações que os vassalos do mosteiro têm para com este, nomeadamente o concelho de São Vicente da Beira que, estando na dependência do mosteiro, não está a cumprir com os devidos tributos.*

A) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 18.

B) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 19. Cópia em pública forma feita a partir do original por Martim Afonso, tabelião de Coimbra, a 7 de Novembro de 1363.

Don Affonso pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve a vos alcaide e alvazis de Coimbra e a todas as outras justiças dos meus reinos a quem esta carta for mostrada saude sabede que o priol e convento do meu moesteiro de San Jorge de a par de Coinbra me enviaron dizer que eles an cartas del rei meu padre en que dizem que vos he mandado que non o soffresedes a nenhuãs pessoas que lhes fezesen mal nem força a eles nen nos seus averes e matas dese mosteiro e se fezesen que lho fezessedes correger segundo dizem que he contheudo nas dictas cartas e outrossi avia mandado en essas cartas ao alcaide e alcaldes e concelho de San Vicente de Tras Serra que dizem que son vasalos desse monsteiro que lhes fosen obedientes e lhes desen e pagasen os seus direitos que deles aviam d'aver e outras cousas que dizem que son contheudas nas dictas cartas e que os non podem aver conpridos e enviaron me pedir que lhes mandasse conprir porque vos mando a todos e a cada huus de vos a quem forem mostradas esas cartas de meu padre ou cada hua del[as] ² que lhas cumprades e façades conprir en todo sem delongua segundo en elas he contehudo se non a vos me tornaria eu porem e peitarmiades os meus encoutos e eses priol e convento ou outrem por eles ³ tenham esta carta. Data en Lixboa dez dias de Outubro el rei o mandou per Pero Giraldez e Stevez Gomez sobrejuizes Lopo Garcia a fez, Era de mil e trezentos e seteenta e quatro anos.

(Ass.) Stevam Gometii ⁴

² Palavra pouco visível.

³ Parte do documento muito apagada.

⁴ A textura da letra que aparece na assinatura é muito diferente da utilizada no documento.

Doc. 6

1336 NOVEMBRO 27, Coimbra – *Afonso Peres pede, em nome do prior do mosteiro de S. Jorge, a João Lourenço, tabelião de Coimbra, o traslado de uma carta régia em que D. Afonso IV toma sob a sua protecção o prior, o convento, os serviços e todos os bens e possessões do mosteiro.*

A) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 8, n. 29.

Sabham todos commo viinte e sete dias de Novembro da Era de mill e trezentos e sateenta e quatro anos en presença de mim Joham Lourenço publico tabelliom del rey en Coinbra presentes as testemunhas que adeante som escriptas en concelho perante Tome Martinz e Joham Fernandiz en logo d’Afonso Perez e Angel’Eanes alvaziis lii e publiquei hua carta de nosso senhor el rey d’encomenda en na qual he conteuda ante as outras que recebia en sa guarda e en sa encomenda e so seu defandimento Don Gonçalo priol e o convento do seu mosteiro de Sam Jorge da par de Coinbra e seus homeens e seus gaados e seus erdamentos e posisoes e totalas outras sas cousas e mandava e defendia que nom fose nenhuum tam ousado que lhis faça mal nem força aos dictos priol e convento nem a seus homeens nem a seus gaados nem en seus herdamentos e posicoes nem a nenhua das outras sas cousas ca a qual quer endal fazer peytaria os seus encoutos de seix mill soldos e coregaria a elles o mal e a força en dobro. A qual carta publicada Affonso Peres en nome do dicto priol e convento pediu ende a mim dicto tabelliom hum stromento. Fecto fui no dia Era de suso scripta. Testemunhas Affonso Perez, Domingo Anes, Joham Paez, Gonçalo Dominguyz, Martim Fernandiz, Vasco d’Atayde (?), Pero Andre e outras testemunhas e eu Joham Lourenço tabelliom del rey en Coinbra de suso dicto de rapto (?) do dicto Affonso Perez este stromento screvy e pugi meu signal que tal (sinal) he.

Doc. 7

1363 NOVEMBRO 7, Coimbra – *Vasco Lourenço, cónego do mosteiro de São Jorge queixa-se ao rei D. Pedro de que os privilégios e direitos do mosteiro não estão a ser cumpridos por aqueles que lhe devem obediência. Pede também que lhe seja feito traslado de duas cartas de privilégios, que já estão velhas, dadas por D. Afonso IV.*

A) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, Documentos Reais, M. 1, n. 19.

Sabham quantos este stromento vyrem que na Era de mill e quatrocentos e hum anos sete dyas de Novembro na cidade de Coinbra nos paaços da feyra perante Vaasco Lourenço de Parada vassalo del rey e juis por el na dicta cidade hy sya audiencia ouvindo os factos en presença de mim Martim Affonso tabelliom del rey na dicta cidade e das testemunhas adiante scriptas Vaasco Lourenço coonigo do moesteyro de Sam Jorge d’apres da dicta cidade o qual presente estava como procurador que se dizia do dicto moesteyro

mostrou perante o juiz duas cartas del rey Dom Affonso que Deus perdoe scriptas em pergaminho de coyro abertas e seeladas do seello valedoiro ⁵ desse senhor rey pendente em cera branca sigundo em ellas pusera das quaes cartas ho theor tal he:

Dom Affonso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos alcaide e alvacys de Coinbra e a todas as outras justiças dos meus reynos a quem esta carta for mostrada saude sabede que o priol e convento do meu moesteyro de Sam Jorge de a par de Coinbra me envyaram dizer que elles ham cartas de el rey meu padre em que dizem que vos os mandades que non se soffresedes a nenhuas pessoas que lhis fizessem mal nem força a elles nen nos seus averes e matas desse mosteyro e se lho fizessem que lho fezesses correger segundo dizem que he contheudo nas dictas cartas e que outrossi aviam mandado en essas cartas ao alcaide e alcaldes e concelho de Sam Vicente de Tras Sserra que dizem que som vassalos desse moesteyro que lhis fossem obedientes e lhis dessem e pagassem os seus dereitos ⁶ que delles aviam d'aver e outras cousas que dizem que som contheudas nas dictas cartas e que as non podem aver conpridas e enviaram me pedir que lhas mandasse conprir pelo que vos mando a todos e a cada huus de vos a quem forem mostradas essas cartas de meu padre ou cada hua dellas que lhas comprades e façades conprir en todo sem dellonga sigundo en elas he contheudo se non a vos me tornaria eu porem peitarmiades os meus encoutos e esses priol e convento ou outrem por elles tenha esta carta. Data en Lixboa dez dias d'Oytubro el rey o mandou per Pero Giraldez e Stevam Gomez sobrejuizes Lopo Garcia a ffez, Era de mil e trezentos e ssetaenta e quatro anos.

Dom Affonso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem ffaço saber que o priol do meu moesteyro de Sam Jorge de a par de Coinbra mostrou e leeu e pobricar fez perante mim tres cartas del rey Dom Deniis meu padre que Deus perdoe e do seu seello seelladas dos quaes os teores som estes:

Don Deniis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos alcaide e alvazys de Coinbra saude sabede que o priol e ho convento do meu mosteyro de Sam Jorge me desserom que a gente do concelho dessa villa e de seu termho lhis vam a sa mata e a seus herdamentos contra sa voontade fazendo lhys hi muyto mal e muyta força e que vos lhis non queredes aguardar as cartas e privilegios que de mim teem da qual cousa me eu maravilho se assy he por que vos mando que logo vista a carta façades apregoar en essa villa e en seu termho que non seja nenhuum tam ousado so pea dos meus encoutos que lhys entrem en essa mata nem em seus herdamentos contra directo nem contra voontade do dicto priol e convento nem lhis faça mal nem força nem vos non ssufrades a ninguuem que lho faça e outrossy vos mando que vejades as cartas e privilegios que esse priol e convento de mim teem e conprinde lhas e aguardade lhas assy como en ellas he contheudo e estas cousas de susodictas fazed conprir e aguardar so pea dos meus encoutos unde al non façades se non a vos me tornaria eu porem e os dictos priol e convento tenham esta carta. Data em Coinbra tres dias de Fevereyro el rey o mandou pello Custodyo Affonso Perez a fez, Era de mil e trezentos e quareenta e cinco anos. Custodius vidit.

⁵ Leitura difícil devido ao facto da palavra estar muito apagada.

⁶ Mancha.

Dom Deniis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos alcaide e alcaides e concelho de Sam Vicente de Tras Serra saude sabede que o priol e convento do meu moesteyro de Sam Jorge me disserom que vos lhis non queredes obedecer nem fazer seu mandado como vassalos a senhor e outrossy lhis non queredes dar seus direitos assy como lhos de direito devedes a dar e como foy sempre husado de darem de lhos dardes e que outrossy lhys filhades as terras que teem pera pobrarem essa villa ora novamente e que nunca foram sesmadas nem dadas a neghuuem da qual cousa me eu maravyllho se assy he por que vos mando que obedeasdes e façades mandado do dicto priol e convento como vassallos a senhor e que lhys dedes todos os seus direitos compridamente assy como lhos de direito devedes a dar e como foy sempre husado de direito de lhos dardes e nom lhys filhades nenhuma cousa de seu contra sa voontade unde al non façades se non peytarmyades os meus encoutos e creede que eu non podyia estar que eu non fosse contra vos como contra aquelles que non querem obedecer nem fazer mandado de senhor e de mays todollos daptos e perdas que elles per esta razom recebessem que eu vollo faria todo pagar a correger das vossas casas e por veer como sobresto fazedes meu mandado mando que o dicto priol e convento tenha esta carta. Data em Coinbra tres dyas de Fevreyro el rey ho mandou pello custodyo Affonso Perez a fez, Era de mill e trezeentos e quareenta e cinco anos. Custodius vidit.

Don Denis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos alcaides de Coimbra e de Santarem e a todollos outros alcaides das outras villas do meu reyno en que o moesteyro de Sam Jorge ha herdamentos ou possyssoes ou outras cousas que esta mha carta vyrem saude sabede que me disserom que homeens de Coimbra e de Santarem e doutras villas e de seus termhos fazem muyto mal e muyta força en o moesteyro de Sam Jorge e na sa mata e en seus herdamentos e en sas cousas e a seus homeens e vos bem sabedes que o moesteyro de Sam Jorge e ho de Sancta Cruz som meus unde vos mando que vos nom soffrades que nenghuuem faça mal nem força nem torto no moesteyro ⁷ de Sam Jorge nem en sa mata nem en seus herdamentos nem a seus homeens nem a sas cousas se nom queredes que eu me tornaria porem a vos e teria que per vos era e vos sabede que eu dey mha carta de meu encouto a esse moesteyro e mando vos que aquelles que vos souberdes que desse moesteyro ou em sa mata ou em seus herdamentos ou em sas cousas ou a seus homeens mal ou força ou torto fezerom ou fezerem daquy a deante que vos levedes delles ho meu encouto pera mim assy como he contheudo na mha carta unde al nom façades e se nom vos mho dariades de vossas casas e por veer como fazedes meu mandado mando que o priol e ho convento desse moesteyro tenham ende esta carta en testemuynho. Data em Coinbra XX dyas d'Oytubro el rey o mandou Affonso Martiinz a fez, Era de mill e trezeentos e quareenta e sete anos.

E as quaes mostradas perante mym o dicto priol disse que por quanto avya gram tempo que foram fectas as dictas cartas que se lhys danavam as velhas e se lhy poderiam perder e pediromi (?) que lhas mandasse treslladar en publica forma per mha autoridade e lhy mandasse dar os tresllados dellas e eu mandey lhos dar en esta mha carta. Data en Lixbõa des e seys dyas d'oytubro el rey o mandou per Stevam Gomez

⁷ Repete no *moesteyro*.

sobrejuiz Lopo Garcia a fez, Era de mill trezentos e seteenta e quatro anos. Stevam Gometii.

E as quaes cartas assy mostradas como dicto he o dicto Vaasco Lourenço coonigo susodicto disse e pedyo do dicto Vaasco Lourenço juiz que mandasse conprir e do dicto mosteyro de Sam Jorge as dictas cartas d'el rey e que lhy fossem aguardadas como en ellas era contheudo e que mandasse apregoar que nem livres homees (?) nem outras pessoas nom fossem a mata e aos logares do dicto mosteyro e lhas talhavam e trariam dellas ⁸ a lenha e as outras cousas sem razom e que lhis hyam contra as dictas cartas de el rey mandou que se conprissem e agardassem e fossem conpridas e agardadas em todo como en ellas he contheudo e mandou logo Domingos Affonso pregueiro da dicta cidade de Coynbra que apregoasse per a dicta cidade e portas della que nom fosse nenhuum tam ousado que fosse a mata nem aos logares do dicto mosteyro de Sam Jorge nem lhys fizesse desaguizado nenhuum na dicta sua mata nem as dictas suas cousas so pea dos encoutos d'el rey contheudos na[s] dictas cartas o qual pregueyro começou logo hy na rua junto com a dicta audiencia das quaes cousas o dicto Vaasco Lourenço pedyo hum stromento pera o dicto mosteyro de Sam Jorge. Fecto foy no dicto dia mes Era sobredictos. Hos que pressentes forom Vaasco Lourenço Alvaro Martiinz Martim Gil Stevam Perez tabellioes da dicta cidade e o dicto Domingos Affonso pregoeyro e outros e eu Jhoam Affonso tabellion susodicto que este stromento scprevi e en testemoyngo de verdade em el meu signal fiz que tal (sinal) he.

Doc. 8

1358 SETEMBRO 22, Santarém – *João Lourenço, homem e criado de D. Lourenço Peres, prior do mosteiro de S. Jorge, pede a Fernão Martins, juiz de Santarém, o traslado de uma carta régia que o tabelião de Santarém, Vasco Martins tinha registado no seu livro, a 22 de Novembro de 1357.*

A carta era datada de Arganil, 31 de Outubro de 1357, segundo a qual D. Pedro ordenava a todas as justiças do reino para sequestrarem os bens do mosteiro de S. Jorge existentes nas suas respectivas áreas de jurisdição, de forma a evitar a delapidação do património a que o prior do mosteiro estava a proceder, prior esse que se encontrava preso na prisão dos vigários do bispo de Coimbra.

A) IAN/TT – São Jorge de Coimbra, M. 9, n. 8.

Publ: Parte do documento (a carta régia) encontra-se publicado num artigo intitulado “O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra”, in *O Instituto*, vol. I, Coimbra, 1853, p. 115, nota 1.

Sabham todos que na Era de mil e trezentos e noventa e seis anos convem a saber vynte e dous dias de Setembro em Santarem nas cassas de Stevam da Guarda e per dante Fernam Martinz juiz por el rei en a dicta villa em pressença de mym Vaasco Martinz tabelyom en a dicta villa e das testemunhas que adeante som escritas hum

⁸ Leitura difícil devido a uma dobra no pergaminho.

homem que se chamava per nome Joham Lourenço homem e criado de dom Lourenço Perez priol do moesteyro de San Jorge a par de Coynbra disse ao dicto juiz que eu dicto tabeliom tynha registado em meu livro hua carta de nosso senhor el rey a qual dezia que perteencia o theor dela ao dicto priol e pedia ao dicto juiz em nome do dicto priol e per sa autoridade hordinharia mandasse a mym dicto tabeliom que lhy desse o theor da dicta carta pela guissa que jazia notada em meu livro em publica forma so meu sinal per que dezya que se entendia o dicto priol d'ajudar della e a qual carta pela guissa que jazia notada em meu livro o theor tal he:

Sabham todos que na Era de mil e trezentos e noventa e cinco anos convem a saber vynte e dois dias de Novembro per dante Pedro Affonso Mealha alvazil dos fectos civeis em Santarem seendo em concelho no alpendre da feira em pressença de mim Vaasco Martinz tabelliom en a dicta vila e das testemunhas que adeante som escritas Alvaro Perez mostrou e publicar fez hua carta de nosso senhor el rey escrita en papel aberta e seelada do seelo do dicto senhor rei en as costas segundo em ella parecia da qual o theor dela tal he:

“Dom Pedro pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve a todalas justças dos meus reinos que esta carta virdes saude sabede que o priol do moesteiro de Sam Jorge de par de Coinbra he presso na prisom dos vigairos do bispo da dicta cidade per algumas querellas e denunciasees que dele som dadas dos fectos que fez como nom devia e ora he me dicto que alem do mantimento que ao dicto priol e convento do dicto moesteiro e as outras coussas que lhe pertencem som compridoiras o dicto priol maleceossamente como nom deve manda vender e dessbaratar pam e vinho e outras cousas do dicto moesteiro de guissa que esta em ponto de seer delapidado per que mando a cada huum de vos em vossos julgados hu o dicto moesteiro ouver beens que logo vista esta carta façades poor em sacresto todos os beens do dicto moesteiro em maa d'huum homem boom per conta e per recado e per escritura de tabeliom per que entendo que he serviço de Deus e de todos os <dictos> beens fazede ao dicto priol e convento do dicto moesteiro dar mantimento aguissado e pera as outras coussas que fezer mester pera prol do dicto moesteiro ataa que sobrelo vejades meu recado unde al nom façades. Dante em Arganil postumeiro dia de Outubro el rei o mandou per meestre Gonçalo das Degretaaes e Lourenço Esteves seus vasalos Frauste Anes de Evora a fez Era de mil e trezentos e noventa e cinco annos. Magister Gonçalus Lorencius vidit”. A qual carta assi mostrada o dicto alvazil mandou a mim dicto tabeliom que per sa autoridade ordinhaira a registace em este meu livro e per que Domingue Eanes escrivam dos moordomos que presente ⁹ seja era procurador do dicto priol passa per gram tempo e sahia os beens do dicto moesteiro deulhe juramento que bem e dereitamente os trouvesse em effecto (?). Testemunhas Miguel Martinz Alvare Esteves Joham Affonso tabellioens Stevam Martinz escrivam Gil de Pedrosso almoxarife Joham Esteves Varreiola. A qual assy mostrada e leuda o dicto juiz mandou a mym tabeliom e deu sa autoridade hordinhaira que desse ende ao dicto Joham Lourenço em nome do dicto priol o theor da dicta nota e este estormento em publica forma so meu synal. Fecto foi em Santarem no logo e dia e mes e Era sobredictas. Testemunhas que presentes foram

⁹ Entre as palavras *pressente* e *seja* encontra-se a palavra *estava* sopontada.

Martim Meestre Bartolomeu Clemente porteiros do concelho Pero Codeso falcoeiro d'el rei Stevam Martinz escrivam das obras d'el rei Antoyinho Gonçalviz homem d'el rei Joham da Barca e outros e eu Vaasquo Anes escrivam jurado dado per el rei a Vaasco Martinz seu tabelliom em Santarem que este estromento per seu mandado escrevy e eu Vaasco Martinz tabeliom sobredicto que este stromento com o teor da dicta carta pela guissa que jazia registada [em] meu livro per o mandado e outoridade do dicto juiz ao dicto scrivam o fiz screver e [em] ela meu synal pugy que tal (sinal) he. Pagou X soldos.

Doc. 9

1436, NOVEMBRO 30, Lisboa – *D. Duarte intervém a favor dos caseiros de S. Jorge, dando conhecimento ao seu provedor das rendas e ao contador da comarca dos almoxarifados de Santarém e Abrantes, para que sejam cumpridos os privilégios de S. Jorge, isentando-os dos pedidos que foram lançados para o casamento do rei e da sua irmã.*

Traslado do tabelião público, Diogo Fernandes de Mesquita, datado de Coimbra, 5 de Junho de 1649, a pedido do padre Lucas Moniz do Colégio de Espírito Santo de Évora, da Companhia de Jesus.

A) AHMC – Documentos avulsos em papel, nº 108, pp. 81-82.

Certidão do privilegio de como são isentos de pagar jugada os lavradores e caseiros do mosteiro de S. Jorge.¹⁰

Certifico eu Diogo Fernandes de Mesquita tabelião publicuo das couzas toquant es ao Collegio da Companhia de Jesus desta cidade de Coimbra e do Priorado Mor de S. Jorge junto a mesma cidade anexo e unido in perpetuo ao collegio e Universidade de Evora da mesma Companhia por provizao de sua magestade e pera effeito de paçar a lente pelo reverendo padre Lucas Moniz da mesma Companhia procurador do dito colegio de Evora e seu dito Priorado me foi mostrado hũa carta testemunhavel paçada em nome del rei Dom Sebastião que Santa Gloria aja a petição do dito reytor e mais relligiosos do dito Collegio de Evora escripta em pergaminho com seu sello cuberto de couro branco per fita branca pendente assignada pelo Doutor Jorge da Cunha que foi do desembargo e corregedor dos fectos e autos civeis da Corte e paçada na cidade de Lisboa em os vinte dias do mês de Junho de mil e quinhentos e sasenta e seis e registada no Livro da Camara desta¹¹ dita cidade [de] Coimbra por Pero Cabral da Costa que foi escrivão da dita camara na qual se contem cartas previlegios e alvaraz entre os quais he hum o do theor seguinte:¹²

¹⁰ Aparece no início da página, em forma de sumário do documento.

¹¹ Repete *desta*.

¹² Na margem esquerda aparece anotado: *non pague jugada*.

Nos el rei fazemos saber a vos Bartholomeu Gomes provedor de nossas rendaz em esta cidade de Lisboa que João Dornellaz nosso contador em a comarca dos Almoxarifados de Santarem e de Abrantez e a outroz quaisquer a que o conhecimento desto pertencer por qualquer maneira que seja a quem este alvara for mostrado que a nos he dito que vos constrangeis os que lavrão as quintas casais e herdades do mosteiro de São Jorge de Coimbra que pagem em esta paga do conselho e isso mesmo que page jugada sem embargo de vos ser mostrado este nosso privilegio destoutra parte escripto que temos dado ao dito mosteiro e por quanto nos pras que o dito privilegio seja cumpridamente guardado como nelle he conteudo e porem vos mandamos que seus lavradores das herdades do dito mosteiro que se contem em a nossa declaração do dito privilegio não pagueem os pedidos que lançarem pera o nosso casamento e da duqueza minha irmã que os não constranjais nem mandeis constranger en este pedido assim como queremos ¹³ que se não pague jugada que a não ¹⁴ pagem daqui en diante e se lhes for por esto alguns penhores tomados farei-lhos lougo entregar sem outro embargo que a ello se ponha. Feito em Lisboa a trinta dias de Novembro anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quatosentos e trinta e seis annos.

Como esto assim e tão cumpridamente he conteudo e declarado no dito alvara aqui incerto o qual eu sobredito Diogo Fernandes de Mesquita aqui fis tresladar da propria carta estimunhavel que ficou em poder do dito reverendo padre e procurador que aqui assinou de como a recebeu o qual en todo e por todo me reporto e com ella o official comigo abaixo assignado esta certidão e treslado nella inserto consertei sem levar couza que duvida faça e o selo escrevi e asinei de meus sinais que consta ho de que vio em a dita cidade aos sinquo dias do mes de Junho de seissentos quarenta e nove annos desta sasenta reiz.

Diogo Fernandes de Mesquita a fis escrever e sobrescrevi e asinei em peçoa (sinal) ¹⁵.

AA) Lucas Moniz; consertado como diz, Diogo Fernandes Mesquita e comigo escrivão João Baptista.

¹³ Repete *queremos*.

¹⁴ Na margem esquerda aparece anotado: *alvara*.

¹⁵ Esta frase aparece com caligrafia diferente da utilizada no resto do documento.